

Título do capítulo	CAPÍTULO 3 – INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: UMA VISÃO A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS
Autores(as)	Rafael T. Schleicher Concepta McManus Cristina Sydow Igor Araújo Paula Barros Polianna Portela
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/9786556350738/capitulo3

Título do livro	RELATÓRIO COBRADI 2021: A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CIENTÍFICA BRASILEIRA EM FOCO
Coordenador	Rafael T. Schleicher
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2024
Edição	-
ISBN	978-65-5635-073-8
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/9786556350738

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: UMA VISÃO A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo central trazer uma visão da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional a partir dos seus agentes por excelência: as instituições públicas brasileiras. Tal recorte também permite a apresentação de dados qualitativos complementares sobre as iniciativas de cooperação internacional das instituições, cujo nível de detalhamento impede que as informações sejam apresentadas em outros capítulos deste livro. Em virtude de o capítulo estar focado nas instituições responsáveis ou implementadoras, as iniciativas de cooperação também são apresentadas com mais especificidades, a partir da natureza das instituições e de seus trabalhos no campo da cooperação internacional.

Por incluir maior detalhamento e mais descrição das iniciativas, espera-se que o recorte de dados apresentado neste capítulo seja de grande utilidade para os práticos da cooperação internacional do Brasil. Consideradas as características de descentralização, multiplicidade de atores e dinamismo das atividades de cooperação internacional do país, não é raro que uma instituição participante da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) conheça pouco as iniciativas de cooperação de outras instituições. O nível de detalhamento apresentado neste capítulo permite que cada instituição aprenda sobre as iniciativas das demais instituições, buscando sinergia entre projetos e atividades já existentes. Tal caminho é essencial para evitar redundâncias e garantir um processo minimamente coordenado da cooperação brasileira. Isso significaria a criação de um arranjo de gestão em rede que maximizasse os recursos aportados e os interesses externos do Brasil.

Pelas razões citadas, é extremamente oportuno apresentar mais detalhadamente as iniciativas de cooperação internacional das instituições brasileiras. O desafio, contudo, é o de categorizar as instituições por algum critério ou variável oriundo da própria pesquisa Cobradi. Assim como no segundo capítulo deste livro, optou-se por agregar as instituições a partir da modalidade de cooperação à qual a maioria das iniciativas de determinada instituição se associa. A agregação a partir da variável “modalidade de cooperação” permite também uma correspondência direta

com os dados apresentados no segundo capítulo, bem como uma discussão entre as tendências em cada subitem das modalidades e as iniciativas das instituições às quais elas estão associadas. Com efeito, não é raro que as iniciativas das instituições se vinculem a mais de uma modalidade de cooperação internacional. Para as instituições cujas iniciativas se expandem para mais de uma modalidade, decidiu-se por maior detalhamento naquela modalidade em que a instituição possui maior gasto e maior número de iniciativas. Sempre que possível, a apresentação de informações minuciosas das iniciativas de cooperação internacional de cada instituição brasileira é precedida de uma explicação sobre a natureza da instituição e de sua participação na cooperação internacional para o desenvolvimento, de forma ampla.

Por fim, e após se discutir sobre a sinergia entre iniciativas, instituições e modalidades de cooperação internacional, apresenta-se um capítulo dividido em seis seções. A segunda seção é inteiramente dedicada à exploração das particularidades das contribuições das instituições brasileiras a instituições internacionais. A terceira seção é voltada à cooperação técnica internacional, unida às modalidades C (projetos) e D (cooperação técnica internacional). A quarta seção concentra iniciativas das modalidades G, I e J, ligadas a apoio orçamentário, assistência aos refugiados e ações humanitárias, respectivamente. A quinta seção traz iniciativas de instituições correlacionadas à modalidade E, de educação e bolsas. Por fim, a sexta e última seção é voltada às atividades de pesquisa e desenvolvimento (modalidade K).

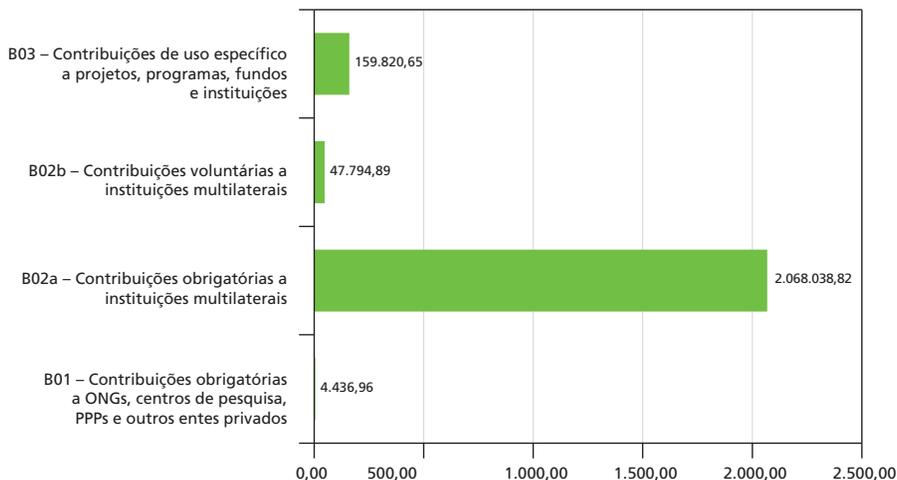
2 CONTRIBUIÇÕES ÀS ORGANIZAÇÕES, FUNDOS E OUTRAS INICIATIVAS (MODALIDADE B)

Assim como em todos os anos anteriores da pesquisa Cobradi, a modalidade de cooperação ligada às contribuições a instituições internacionais destaca-se em relação às demais no tocante ao volume de gastos. A principal diferença em relação às seis edições anteriores da pesquisa é metodológica: a partir de 2021, é possível desagregar os dados entre contribuições obrigatórias e aqueles referentes a outras contribuições. Embora seja importante a mudança metodológica, as contribuições obrigatórias do Brasil feitas diretamente pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (Sain/ME) permanecem majoritárias. O gráfico 1 mostra que, dentro da modalidade B, o subitem “Contribuições obrigatórias a organismos multilaterais” (B02a) representa quase 70% do total.

É importante salientar que, assim como no segundo capítulo, optou-se por não incluir a integralização de capital feita pelo Brasil ao Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB). Pelo volume do gasto, qualquer análise apresentada resultaria enviesada e impediria a exploração de tendências nesta modalidade de contribuições a organismos multilaterais. Os dados completos por instituição responsável e demais variáveis podem ser encontrados nos anexos B a F deste livro.

GRÁFICO 1

Detalhamento de gastos na modalidade “B – Contribuições financeiras a programas e fundos” (2021)
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: ONGs – organizações não governamentais; e PPPs – parcerias público-privadas.

Se, por um lado, o subitem B02a constitui a maior parcela dos gastos na modalidade B, o mesmo não ocorre em relação ao número de iniciativas. Nesta métrica, a participação das contribuições obrigatórias cai para 24%, abrindo espaço para as 166 contribuições voluntárias de instituições brasileiras. Este subitem corresponde a 70% do total de iniciativas ligadas a essa modalidade. Outra métrica digna de nota é o número de horas técnicas associadas ao subitem B01, que essencialmente representa três trabalhos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com seus parceiros internacionais. A tabela 1 traz uma visão completa das principais estatísticas para esta modalidade de cooperação internacional.

TABELA 1

Modalidade de cooperação internacional “B – Contribuições financeiras a programas e fundos” (2021)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
B – Contribuições financeiras a programas e fundos	2.280.091.315,04	238	2.769.316,80	9.388
B01 – Contribuições obrigatórias a ONGs, centros de pesquisa, PPPs e outros entes privados	4.436.958,33	3	2.400.000,00	6.400
B02a – Contribuições obrigatórias a instituições multilaterais	2.068.038.821,30	56	119.892,00	970

(Continua)

(Continuação)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
B02b – Contribuições voluntárias a instituições multilaterais	47.794.890,39	166	167.354,40	1.354
B03 – Contribuições de uso específico a projetos, programas, fundos e instituições	159.820.645,02	13	82.070,40	664
Total geral	2.280.091.315,04	238	2.769.316,80	9.388

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

2.1 Agência Nacional de Cinema

A Agência Nacional de Cinema (Ancine) é a agência reguladora que atua no fomento, na regulação e na fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. É uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério do Turismo.

Sua atuação internacional consiste na admissão temporária de bens destinados a feiras, exposições, congressos e eventos (de caráter científico, comercial, técnico, cultural ou esportivo), para promoção comercial e para uso pessoal ou exercício temporário de atividade profissional de não residente. Ela também é responsável pela ATA Carnet, documento aduaneiro que representa um sistema de importação temporária de equipamentos mais simples, de maneira mais rápida e com melhor custo-benefício.

A agência possui acordos bilaterais com diversos países, incluindo Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Espanha, França, Índia, Israel, Itália, Portugal, Reino Unido e Venezuela. Além disso, é parceira de diversas iniciativas internacionais no setor cinematográfico, tais como o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, o Acordo Latino-Americano de Coprodução Cinematográfica e vários protocolos de cooperação com instituições de diferentes países, como o Instituto Mexicano de Cinematografia (Imcine); o Conselho Nacional da Cultura e das Artes (CNCA), no Chile; o Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA), em Portugal; a Agencia del Cine y el Audiovisual del Uruguay (Acau), no Uruguai; o Centro Nacional do Cinema e da Imagem Animada (CNC), na França; o Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA), na Argentina; a Direção-Geral do Cinema do Ministério de Bens e Atividades Culturais (Mibac) da Itália; e a Agência Estatal Ucraniana para o Cinema.

Além desses acordos bilaterais e parcerias internacionais, a agência participa ativamente de programas de apoio à internacionalização do setor audiovisual, tais como encontros com o cinema brasileiro, eventos de mercado e rodadas de negócios internacionais, festivais, laboratórios e *workshops*. Essas iniciativas visam promover a participação brasileira no mercado global de produções audiovisuais, fomentar a cultura e a indústria cinematográfica do país e fortalecer as relações internacionais no setor.

No ano de 2021, a atuação da Ancine se concentrou em duas iniciativas, classificadas como cooperação Sul-Sul triangular. A primeira iniciativa, com a Secretaria-Geral Ibero-Americana, realizou o Programa Ibermedia (Programa de Desenvolvimento em Apoio à Construção do Espaço Audiovisual Ibero-Americano), cujo objetivo é estimular a coprodução de filmes de ficção e documentários realizados no espaço ibero-americano, e busca: i) contribuir para a realização de filmes e projetos audiovisuais especialmente dirigidos ao mercado ibero-americano; ii) criar um ambiente favorável à integração das empresas ibero-americanas de produção em redes; iii) promover, via assistência técnica e financeira, a coprodução de projetos apresentados por produtores independentes ibero-americanos; iv) apoiar as empresas capazes de realizar esses projetos; v) fomentar a sua integração em redes que facilitem as coproduções; vi) trabalhar para o aproveitamento do patrimônio audiovisual ibero-americano; vii) favorecer a formação contínua dos profissionais da produção e da gestão empresarial audiovisual; viii) promover a utilização e o desenvolvimento de novas tecnologias; e ix) contribuir para a cooperação e para a troca de conhecimentos.

A segunda iniciativa de cooperação Sul-Sul triangular foi a participação na Conferência das Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-americanas (Caaci). A conferência tem como principais objetivos o desenvolvimento da cinematografia no espaço audiovisual dos países ibero-americanos e a sua integração, através de uma participação equitativa na atividade cinematográfica regional.

2.2 Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) foi criado com o objetivo de elaborar um plano de prevenção e enfrentamento de desastres naturais no país. Um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República foi instituído para elaborar esse plano, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) ficou responsável por implantar um sistema de alerta antecipado para os desastres naturais que mais causam vítimas fatais no país. Assim, o Cemaden foi criado com a missão de monitorar as áreas de risco suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, com o intuito de identificar e antecipar possíveis ameaças. Além disso, visa promover e realizar pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria contínua do seu sistema de alerta antecipado.

O Cemaden atua internacionalmente, por meio de acordos de parcerias técnicas e outros instrumentos de cooperação com diversas instituições estrangeiras que também atuam com monitoramento de desastres naturais. Um exemplo dessa cooperação é o acordo multilateral dos países integrantes do BRICS, que tem como objetivo a cooperação multilateral entre os países do bloco para atuar na prevenção, no monitoramento e nos alertas de desastres naturais.

Dentro desse acordo, foram propostos alguns instrumentos estratégicos, como a criação de uma plataforma *on-line* para compartilhamento de informações sobre alterações climáticas, prevenção e mitigação de desastres naturais, e intercâmbios de programas e bolsas para pesquisadores e estudantes. Essa iniciativa tem como objetivo promover a troca de conhecimentos e experiências entre os países-membros do BRICS, visando aprimorar as estratégias de prevenção e resposta a desastres naturais em todo o mundo.

O Cemaden possui também convênio com instituição de pesquisa e desenvolvimento nos Estados Unidos, com o objetivo de apoiar os esforços para a criação do Sistema de Monitoramento e Alerta Precoce de Desastres Naturais para o Brasil. Além disso, o centro possui um memorando de entendimento com os Países Baixos, o qual abrange temas relacionados à modelagem de inundações, fluxo de detritos e deslizamento de terra, com o objetivo de desenvolver projetos de cooperação científica e tecnológica para antecipar a ocorrência de desastres naturais em áreas de risco.

Em 2021, o Cemaden realizou o Projeto Elos, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o intuito de realizar o diagnóstico das necessidades e capacidades dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, elos importantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), analisadas sob os eixos de estruturação (recursos materiais, organizacionais, financeiros e tecnológicos); e capacitação e governança (mecanismos formais e informais de participação e coordenação de atores estatais e não estatais). Esse projeto pode ser caracterizado como cooperação Sul-Norte.

2.3 Defensoria Pública da União

A Defensoria Pública da União (DPU) é a instituição nacional responsável pela promoção dos direitos humanos permanente, com atuação em todo o território nacional. De acordo com o art. 134 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), competem a ela,

como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, das pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade (Brasil, 1988).

Trabalha, entre diversas formas, por meio de mecanismos judiciais e extrajudiciais de solução de conflitos relativos a direitos humanos.

Atualmente, a DPU possui quinze grupos de trabalho, que têm como atribuição a defesa e a promoção dos direitos humanos de populações em situação de vulnerabilidade: i) migrações, apatridia e refúgio; ii) políticas etnoraciais; iii) comunidades indígenas; iv) assistência às vítimas de tráfico de pessoas; v) assistência às trabalhadoras

e aos trabalhadores resgatados em situação de escravidão; vi) pessoas em situação de rua; vii) mulheres; viii) atendimento ao idoso e à pessoa com deficiência; ix) pessoas em situação de prisão e enfrentamento à tortura; x) moradia e conflitos fundiários; xi) garantia à segurança alimentar e nutricional; xii) identidade de gênero e cidadania LGBTI; xiii) saúde; xiv) catadores e catadoras; e xv) comunidades tradicionais.

A DPU atua, ainda, mediante missões itinerantes para atender à população mais vulnerável. Promove, nesses espaços, ações de orientação jurídica e educação em direitos. No âmbito internacional, a DPU participa e busca cooperar nos principais foros internacionais relacionados ao acesso à justiça e à promoção e proteção de direitos humanos, tanto no Mercosul quanto nos países interamericanos e na comunidade dos países de língua portuguesa. Além disso, desenvolve projetos de cooperação internacional e atua no sistema internacional e interamericano de direitos humanos.

A ação internacional da DPU se dá tanto por meio da cooperação prestada quanto da cooperação recebida. Para tal, conta com uma assessoria internacional, dedicada à coordenação da articulação do órgão em temas relacionados à assistência jurídica internacional, à cooperação e relações internacionais com seus congêneres e instituições similares no exterior e em organismos internacionais. É também responsável pela coordenação do apoio à atuação da DPU no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), além de contar com uma coordenação de tradução.

A cooperação prestada da DPU se organiza em torno de cinco eixos: i) missões humanitárias; ii) assistência jurídica a populações em necessidade; iii) promoção e proteção de direitos humanos; iv) participações em foros multilaterais; e v) tutela coletiva de direitos humanos. Em relação ao eixo de missões humanitárias, a DPU implementa ações de assistência à população migrante, aos solicitantes de refúgio e aos refugiados. Tais ações tiveram destaque no ano de 2021, particularmente em relação à crise humanitária decorrente da migração de nacionais da Venezuela para o Brasil.

Ainda na esfera da assistência, destaca-se a implementação de ações no campo de migrações e refúgio para pretensão de tutela coletiva e direitos humanos. No caso de migrantes, a defensoria apoia ações específicas de homologação de decisões estrangeiras, opção de naturalidade e naturalização, subtração internacional de crianças, refúgio, asilo, proteção do apátrida, carta rogatória, alimentos internacionais, assistência jurídica em países estrangeiros e retirada compulsória. Em domínio mais associado diretamente às atividades de cooperação técnica internacional, a DPU contribui para a proteção dos direitos humanos pela via do desenvolvimento de capacidades e transferência de conhecimentos. Os projetos e iniciativas ligadas ao desenvolvimento de capacidades são materializados em parcerias técnicas que resultam em cursos e capacitações internacionais, além da elaboração de protocolos de atuação sobre a garantia dos direitos fundamentais de populações vulneráveis.

Especificamente na modalidade B de cooperação internacional, a DPU implementou seis projetos em 2021, representando 25% do total de 24 projetos da instituição. O quadro 1 apresenta cada uma das iniciativas pelo arranjo de cooperação, sendo o arranjo de cooperação Sul-Sul aquele com maior número de iniciativas.

QUADRO 1

DPU: iniciativas na modalidade B por arranjo de cooperação internacional (2021)

Arranjo de cooperação	Número de iniciativas	Descrição das iniciativas
Cooperação Sul-Sul	3	1. Presidência <i>pro tempore</i> da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (REDPO). 2. Reuniões de Cooperação no âmbito do Memorando de Entendimento entre DPU e Procuración Penitenciaria de la Nación Argentina (PPN). 3. XI Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos.
Cooperação Sul-Norte	1	1. Rede Interamericana de Assistência Jurídica para Pessoas em Contexto de Mobilidade e Protocolo de Atuação.
Cooperação Sul-Sul triangular	2	1. Encontro da Área de Governança Democrática sobre Pactos Políticos e Sociais para uma Nova América Latina: igualdade, direitos humanos e democracia. 2. Encuentro Internacional de Defensores del Pueblo, Migración y Refugio: derechos en riesgo e Reunião da Red de Instituciones Nacionales para la Promoción y Protección de los Derechos Humanos del Continente Americano (RINDHCA).

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

2.4 Ministério de Minas e Energia

O atual Ministério de Minas e Energia (MME) origina-se da Medida Provisória (MP) nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, e tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento do Brasil, ao estabelecer e garantir a implementação de políticas públicas na gestão dos recursos energéticos e minerais.

No que diz respeito à cooperação internacional, o MME possui uma assessoria especial de relações internacionais responsável por coordenar e supervisionar assuntos internacionais atinentes às áreas de minas e energia. Essa assessoria atua em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para identificar assuntos e programas de interesse para ações de cooperação e parceria internacional.

Além disso, a instituição possui departamentos específicos que atuam em cooperação internacional em suas respectivas áreas. Por exemplo, o Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração é responsável pela atuação governamental em temas e ações estratégicas para a mineração sustentável no âmbito do governo federal, com representação em diferentes colegiados técnicos sobre sustentabilidade e mineração. Além da articulação com os agentes públicos, nos níveis nacional, subnacional e internacional, é atribuição desse departamento facilitar diálogos sobre sustentabilidade na cadeia produtiva da mineração.

No entanto, em 2021, o ministério participou com uma contribuição voluntária, como país não membro, em atividades de cooperação econômica com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

2.5 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Turismo. O órgão atua na preservação do patrimônio cultural brasileiro; à vista disso, representa o Brasil na área de preservação do patrimônio mundial.

O Iphan atua na implementação de iniciativas de cooperação técnica internacional em duas esferas: arranjos Sul-Sul e multilateral. Na cooperação técnica Sul-Sul, o Iphan trabalha com países parceiros do Brasil que compartilham patrimônios e histórias em comum. Por seu turno, na atuação multilateral, a parceria é majoritariamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência responsável pela temática da cultura. Essa parceria expressa o compromisso do Brasil com a preservação do patrimônio histórico mundial.

Em 2021, o Iphan participou de duas iniciativas de cooperação internacional, ambas caracterizadas como obrigatórias para o Brasil. A primeira delas foi em parceria com o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Iccrom). O Iccrom é uma organização intergovernamental vinculada à UNESCO, cujo objetivo é promover a conservação do patrimônio cultural em todas as suas formas. O Brasil é membro do Iccrom desde 21 de agosto de 1964.

Por sua vez, a segunda contribuição foi destinada ao Fundo do Patrimônio Cultural Imaterial, ligada ao Intangible Cultural Heritage Fund. O Fundo da UNESCO tem como objetivo apoiar a preservação do patrimônio cultural imaterial em todo o mundo, e a contribuição anual é uma importante forma de apoio global. Os Estados que ratificaram a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003 são obrigados a contribuir com o fundo, correspondendo a 1% de sua contribuição ao orçamento ordinário da UNESCO. Vale ressaltar que o Brasil se tornou membro do Comitê da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2020, com mandato até 2024.

2.6 Ministério da Economia

O Ministério da Economia foi estabelecido em 2019, com a MP nº 870, e integrou as atribuições dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, além do antigo Ministério do Trabalho.¹

1. O Ministério da Economia tratava-se de um órgão resultante da fusão de três ministérios no ano de 2019, a saber, ministérios da Fazenda, do Planejamento e Desenvolvimento, e do Comércio Exterior. Em 2023, o Ministério da Economia foi desmembrado em quatro ministérios (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento e Orçamento; e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Segundo as normas internas da instituição, a atuação do Ministério da Economia na cooperação internacional é majoritariamente mediada pela Secretaria de Assuntos Internacionais (Sain), que está subordinada à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint). A Secint, por sua vez, representa o ministério em questões relacionadas ao comércio exterior e investimentos, instituições e organismos econômico-financeiros internacionais e financiamento externo ao desenvolvimento.

A Sain opera em questões que envolvem a economia brasileira no seu relacionamento com os demais países, blocos econômicos e organismos internacionais. Ademais, ela presta assessoria técnica especializada em assuntos relativos à economia internacional, visando defender os interesses econômicos e financeiros do Brasil, fortalecendo sua participação nos processos decisórios internacionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

Nessa seara, a secretaria desenvolve diversas iniciativas, incluindo a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), o Fundo Verde do Clima (Green Climate Fund – GCF), a cooperação internacional e o apoio às contribuições obrigatórias do Brasil a organismos, fundos e instituições financeiras internacionais.

Especificamente no âmbito da cooperação internacional, a Sain visa desenvolver e implementar estratégias para o fortalecimento econômico e promoção do desenvolvimento sustentável, participando de discussões e negociações sobre políticas e diretrizes econômicas e financeiras internacionais. Por meio dessas ações, a secretaria defende os interesses econômicos e financeiros do Brasil e contribui para a sua participação ativa nos processos decisórios internacionais.

Considerando-se o amplo leque de atribuições, a cooperação promovida pelo Ministério da Economia, por meio da Sain, é dividida em quatro principais áreas temáticas: i) cooperação econômico-financeira; ii) cooperação técnica internacional; iii) instituições financeiras internacionais; e iv) financiamento para o clima.

No que diz respeito à cooperação econômico-financeira, destaca-se o estabelecimento de parcerias e o fortalecimento de diálogos econômico-financeiros por meio de cooperação internacional, seja bilateral ou multilateral. A Sain coordena a participação do ministério em grupos como G20, G24 e BRICS, além de blocos como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Mercosul, e em organismos multilaterais, como Financial Security Service (FSB),² Financial Action Task Force (Gafi)³ e OCDE.

2. Disponível em: <https://www.fsb.org/>.

3. Disponível em: <https://www.fatf-gafi.org/en/home.html>.

Em relação à cooperação técnica internacional, a Sain atua em projetos vinculados às suas atribuições diretas. Além disso, representa o Brasil nas discussões sobre governança no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial, no NDB e no Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. A Sain também é responsável por expandir o acesso do Brasil a fundos de financiamento voltados à adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

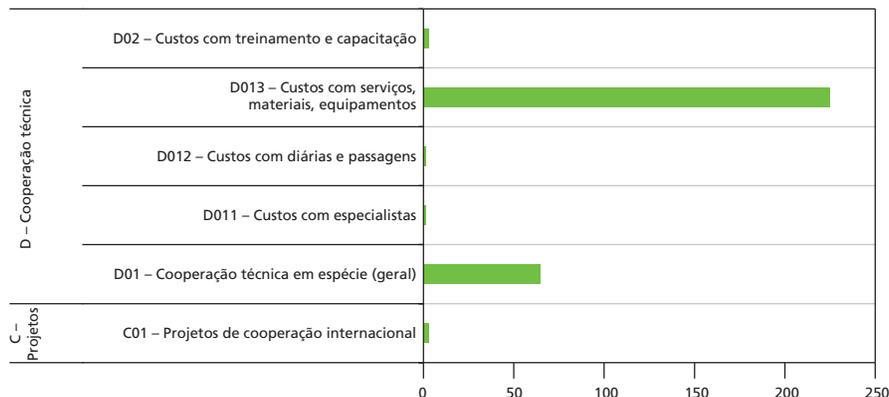
Em 2021, o Ministério da Economia esteve envolvido em 133 iniciativas de cooperação internacional. Entre elas, 64% foram classificadas como contribuições voluntárias da União a organismos internacionais, 31% como contribuições obrigatórias da União a organismos internacionais e 4% como integralizações de cotas de capital em organismos financeiros internacionais. Apenas 1% do total de iniciativas foi categorizado como atuação da instituição em cooperação internacional. A maior parte dos projetos é classificada como contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil, o que é compreensível, visto que a própria Sain implementa grande parte dessas atividades em nome da União.

3 PROJETOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL (MODALIDADES C E D)

No geral, as modalidades referentes a projetos (C) e cooperação técnica internacional (D) exibiram iniciativas muito parecidas no que concerne aos seus conteúdos, que estiveram muito ligados às atividades de transferências de práticas, conhecimentos e apoio à capacitação. É essa a principal razão que justifica a junção das iniciativas para ambas as modalidades nesta seção. O gasto total conjunto em 2021, para estas duas modalidades, alcançou R\$ 297,907 milhões, ou 9% do gasto total de R\$ 3,197 bilhões em cooperação brasileira.⁴ O gráfico 2 mostra que o maior gasto brasileiro em 2021 está associado ao subitem D013, que se refere a custos com serviços, materiais e equipamentos. Conforme será comentado em item específico, o valor discrepante no conjunto dos subitens se refere a dois projetos de cooperação internacional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a Argentina e o Paraguai.

4. É importante reforçar que a análise deste livro não inclui a integralização de capital feita pelo Brasil ao NDB. Conforme já comentado no capítulo 2, o valor total para 2021 alcançaria R\$ 6,64 bilhões com a inclusão do gasto com o NDB.

GRÁFICO 2

Detalhamento de gastos nas modalidades "C – Projetos" e "D – Cooperação técnica" (2021)
(Em R\$ 1 mil)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

A tabela 2 aponta algumas tendências para a cooperação técnica internacional que merecem exploração mais acurada. Em relação ao subitem C01, os expressivos número e valor de horas técnicas se referem a projetos de cooperação técnica internacional do Arquivo Nacional, DPU, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Estado de Minas Gerais. No caso dos custos com especialistas no subitem D011, o grande número de iniciativas está essencialmente concentrado na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e no Banco Central, além da DPU.

TABELA 2

Modalidade de cooperação internacional "C – Projetos" e "D – Cooperação técnica" (2021)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
C – Projetos	2.771.510,98	34	1.635.045,44	13.850
C01 – Projetos de cooperação internacional	2.771.510,98	34	1.102.280,62	13.850
D – Cooperação técnica	295.135.872,54	316	5.058.981,79	40.897
D01 – Cooperação técnica em espécie (geral)	64.644.361,64	82	2.708.711,79	22.415
D011 – Custos com especialistas	1.434.184,44	60	1.124.728,16	8.824
D012 – Custos com diárias e passagens	1.205.565,38	11	60.316,80	488
D013 – Custos com serviços, materiais, equipamentos	224.639.458,02	134	0,00	0
D02 – Custos com treinamento e capacitação	3.212.303,06	29	1.165.225,04	9.170
Total geral	297.907.383,52	350	6.694.027,23	54.747

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Esta seção traz o detalhamento das iniciativas de 23 instituições brasileiras que implementaram projetos e iniciativas de cooperação técnica internacional em 2021. É importante frisar que, pela primeira vez na história, o relatório Cobradi apresenta a análise de dados oriundos de iniciativas de cooperação internacional implementadas pelas Unidades Federativas (UFs) brasileiras. Nesta seção, estão representados o Distrito Federal, o estado de São Paulo (Instituto Butantan) e o estado de Minas Gerais.

3.1 Advocacia-Geral da União

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que, diretamente ou por órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Sua atuação se dá pelas formas consultiva e contenciosa, possuindo a entidade atribuição para operar em todos os foros, regiões e instâncias judiciais.

Os órgãos que fazem parte da AGU são: Procuradoria-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Consultoria-Geral da União, Secretaria-Geral de Contencioso, Secretaria-Geral de Consultoria, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria-Geral do Banco Central e Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

A atuação internacional da AGU se dá por meio da participação em órgãos representativos dos interesses jurídicos internacionais, tais como a Associação Latino-Americana de Advocacias e Procuradorias de Estado (Alap), participação em grupos de trabalho, conferências, entre outros.

As iniciativas da AGU em 2021 foram todas de cooperação Sul-Sul triangular: i) grupo de trabalho Arbitragem de Investimentos e Arbitragem Comercial Internacional com a Alap como parceira, no qual a AGU participou virtualmente; ii) grupo de trabalho Direitos Humanos: Sistema Interamericano e Sistema Universal com a Alap como parceira, no qual a AGU participou virtualmente; e iii) participação da AGU na Conferência dos Estados-Parte da Convenção da ONU contra a Corrupção (COSP/UNCAC).

3.2 ABC: cooperação técnica internacional

A ABC é uma divisão vinculada ao MRE e foi criada em 1987. A instituição representa o Brasil em projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica em países parceiros e organismos internacionais, além de ser responsável pela implementação de projetos de cooperação recebidos. A ABC atua em três níveis: bilateral, trilateral e multilateral. No nível bilateral, a agência promove a formação direta de parcerias entre o Brasil e outro país; no nível trilateral, a cooperação, como o próprio conceito sugere, envolve três partes. No nível multilateral, a ABC atua em conjunto com organismos internacionais ou blocos regionais.

Em seu campo de atuação, a ABC conduz a cooperação prestada a partir de pedidos oficiais, protocolados por intermédio dos postos diplomáticos brasileiros no exterior, ou por meio das representações estrangeiras em Brasília. Após solicitação, é responsabilidade da ABC mediar com as instituições públicas e/ou privadas que apresentam competência técnica na área demandada, e que tenham interesse em participar dos acordos de cooperação.

Após essa etapa, em conjunto com países parceiros ou instituições, elabora-se um projeto, que conta com um diagnóstico técnico e com formulação da proposta. O projeto é ainda submetido a um parecer do MRE e a outro das instituições parceiras, e dele constam prazos, objetivos definidos, custos, etapas e produtos de cada uma das etapas. Ao longo da execução, as iniciativas passam por processos de acompanhamento e de avaliação.

Portanto, a estratégia da cooperação técnica implementada pela ABC desenvolve-se exclusivamente em resposta às demandas oficialmente recebidas. Conforme estabelece a ABC, o Brasil não propõe iniciativas de cooperação voluntária com outros países. Além disso, a decisão sobre a aceitação da demanda depende de seu enquadramento nas diretrizes da política externa brasileira.

Os programas de cooperação do Brasil para o exterior permitem compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas, por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países, com vistas a que o país parceiro alcance um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro. Para atingir esse objetivo de aprimoramento das instituições, a agência lança mão de uma série de estratégias que foram sendo desenvolvidas desde a sua criação, no fim dos anos 1980. Acima de tudo, mantém contato frequente com vários órgãos governamentais, organismos internacionais e governos de países parceiros, com intenção de aumentar a eficácia de seus projetos.

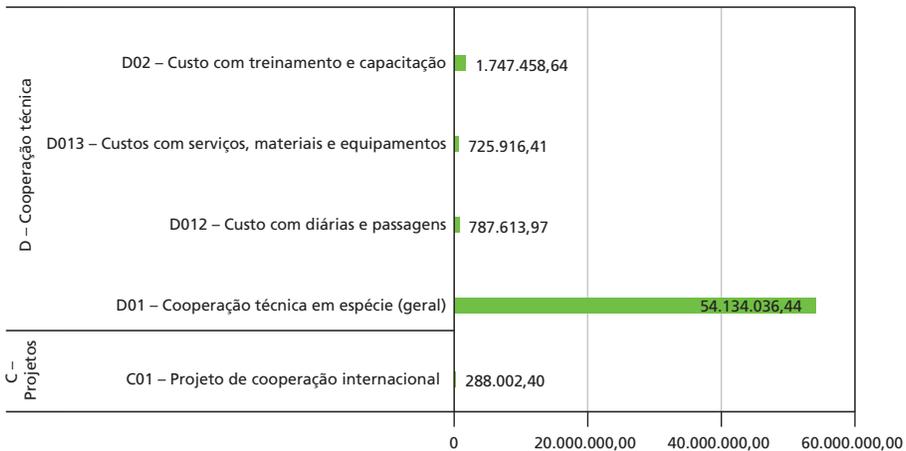
Em mais de três décadas de atuação, a ABC conta com 257 instituições parceiras nacionais, públicas e privadas, além de alianças estratégicas com vinte países desenvolvidos, 45 organismos internacionais e mais de cem países em desenvolvimento. Os principais projetos da agência concentram-se nas áreas de administração pública, agricultura familiar, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, energia, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, pecuária, saúde, segurança pública, desenvolvimento urbano, trabalho e emprego.

Especificamente em 2021, a ABC implementou oitenta iniciativas de cooperação técnica internacional, com o gasto total alcançando R\$ 57,6 milhões. Todas as iniciativas se referem à cooperação técnica internacional, embora duas delas sejam

classificadas na modalidade C (projetos). O gráfico 3 acusa uma diferença abismal nos gastos gerais com cooperação técnica (D01) em relação aos outros subitens, representando mais de 94% do total de gastos da ABC com cooperação técnica em 2021. Todavia, não há nenhuma iniciativa que se sobressaia em termos de gastos entre as 59 que compõem este subitem, apontando apenas para uma preferência pela classificação geral por parte da ABC para seus projetos.

GRÁFICO 3

ABC: gasto total com cooperação técnica internacional e projetos por subitem (2021)
(Em R\$)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

No que diz respeito à distribuição das iniciativas de cooperação internacional da agência por modalidades e seus subitens, não se nota um padrão diferente daquele já verificado para a distribuição dos gastos. Embora em proporção um pouco menor, o subitem D01 permanece concentrando cerca de 74% das iniciativas, sendo que as iniciativas diretamente relacionadas ao treinamento e capacitação alcançam cerca de 13% do total. O gráfico 4 fornece uma representação visual da distribuição das iniciativas por subitens de cooperação.

GRÁFICO 4

ABC: iniciativas de cooperação internacional por modalidade e subitem (2021)

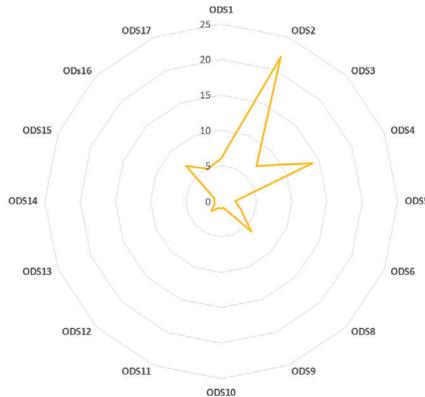


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

A análise da distribuição das oitenta iniciativas de cooperação técnica internacional da ABC em 2021, ilustrada no gráfico 5, mostra uma significativa concentração no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 (Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável). Este ODS sozinho representa quase 28% das iniciativas de cooperação técnica da ABC em 2021. Embora com menor participação, a soma das iniciativas relacionadas ao ODS 3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades) e ao ODS 4 (Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) alcança 26% do total. Conforme comentado no capítulo 2, é importante frisar que a análise por ODS e metas de ODS se baseia na primeira classificação fornecida pela instituição participante.

GRÁFICO 5

ABC: classificação das iniciativas de cooperação por ODS (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

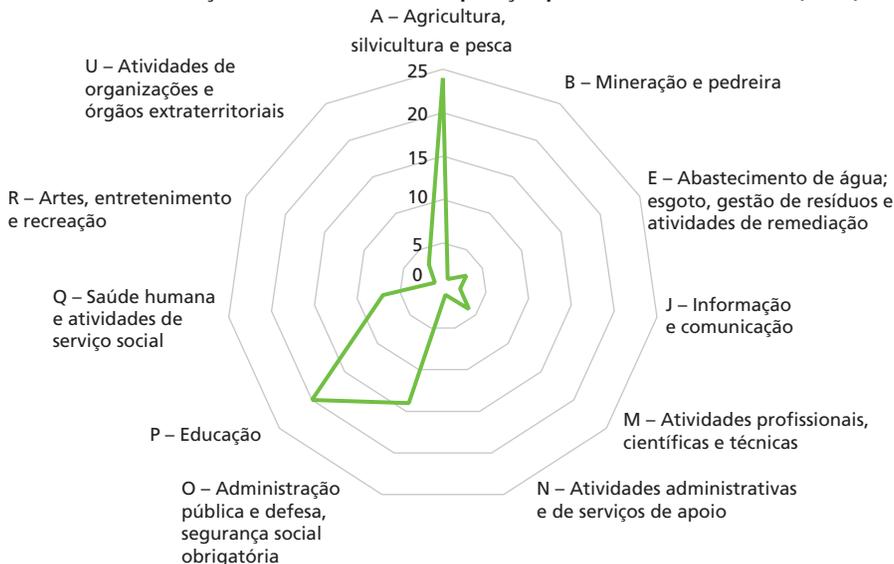
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por fim, outra tendência relevante no conjunto de dados fornecido pela ABC se destaca na classificação das iniciativas por setor econômico. Conforme ilustrado no gráfico 6, os três setores predominantes nas iniciativas da ABC são “A” (agricultura, silvicultura e pesca), “O” (administração pública e defesa; segurança social obrigatória) e “P” (educação). Essas iniciativas representam, respectivamente, 30%, 17,5% e 25% do total e, combinadas, abrangem quase três quartos das iniciativas.

Comparando-se os setores econômicos selecionados com a classificação por ODS, observa-se uma correspondência direta entre o ODS 2 e o setor econômico “A”, devido à ênfase de ambos em atividades de agricultura e segurança alimentar. A mesma lógica se aplica à relação entre o ODS 4 e o setor econômico “P” (educação).

GRÁFICO 6

ABC: classificação das iniciativas de cooperação por setor econômico Isic (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Isic – International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas).

3.3 Agência Nacional de Aviação Civil

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) é uma autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Sua atuação abrange a regulação e fiscalização das atividades da aviação civil, bem como da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil. A Anac é responsável por elaborar normas, certificar empresas, oficinas, escolas e profissionais da aviação civil, além de aeródromos e aeroportos. A agência fiscaliza as operações de aeronaves, empresas aéreas, aeroportos e profissionais do setor, sempre com foco na segurança e na qualidade do transporte aéreo. Além disso, atua em áreas como certificação, fiscalização, normatização e representação institucional.

No cenário internacional, a Anac representa o Brasil em organismos internacionais de aviação e na negociação de acordos e tratados relacionados ao transporte aéreo internacional. A participação da agência na cooperação técnica internacional se concretiza por meio de missões de representação institucional, que visam promover o intercâmbio de informações, práticas regulatórias, melhores experiências e práticas do setor com outras autoridades de aviação civil e entidades internacionais.

Em 2021, a atuação da Anac na cooperação internacional se deu por intermédio de duas iniciativas, classificadas como cooperação Sul-Sul triangular: i) disponibilização de vagas para curso *on-line* (Curso Básico de Perícia Médica na Aviação Civil), na plataforma de capacitação da Anac, que disponibiliza vagas para membros da Comunidade das Autoridades de Aviação Civil Lusófonas e membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil; e ii) disponibilização de vagas para curso *on-line* (Aviation English Level 3 for Civil Aviation Professionals), na plataforma de capacitação da Anac, para não nativos da língua inglesa.

3.4 Agência Nacional de Telecomunicações

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é uma autarquia especial vinculada ao Ministério das Comunicações. Dentro de suas atribuições, cabe à Anatel: i) implementar a política nacional de telecomunicações; ii) representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações; iii) administrar o espectro de radiofrequências e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas; iv) expedir ou reconhecer a certificação de produtos, observados os padrões e as normas por ela estabelecidos; v) compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviços de telecomunicações; vi) reprimir infrações aos direitos dos usuários; e vii) exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A Anatel representa o Brasil em organismos internacionais de telecomunicações, tais como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel), a Organização Internacional de Satélites de Telecomunicações (ITSO) e a Organização Internacional de Satélites Móveis (IMSO). A Anatel representa o país na Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet (Icann), na Organização Mundial do Comércio (OMC), no Foro Latino-Americano de Entes Reguladores (Regulatel) e na Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP (Arctel-CPLP). A Agência também tem interação com governos e órgãos reguladores de telecomunicações de outros países.

Para a organização dos trabalhos nos foros internacionais de telecomunicações, foram criadas quatro comissões brasileiras de comunicação (CBCs), que podem ser compostas por atores da academia, privados e do governo: i) governança e regimes internacionais (CBC 1); ii) radiocomunicações (CBC 2); iii) normalização de telecomunicações (CBC 3); e iv) desenvolvimento das telecomunicações (CBC 4). É importante mencionar que, no âmbito do Mercosul, a agência representa o Brasil em encontros e reuniões com os demais países do grupo, para troca de experiências por meio de seu Subgrupo de Trabalho 1 – Comunicações (SGT-1).

Em 2021, a Anatel implementou três iniciativas de cooperação internacional. Embora o número seja pequeno, houve predominância nos arranjos de cooperação Sul-Sul. A participação da Anatel na Arctel-CPLP teve como objetivo o intercâmbio de informações sobre o tema da regulação nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos países-membros.

Nas atividades de cooperação técnica, destacaram-se as ações bilaterais de intercâmbio de informações no contexto do memorando de entendimento firmado entre a Anatel e o Instituto Nacional das Comunicações de Angola (Inacom). Essas ações, realizadas em formato virtual, abordaram temas relacionados à regulação, como *roaming*, portabilidade numérica e apresentação do Plano Geral de Metas de Competição. No âmbito da cooperação técnica bilateral, também se destaca o intercâmbio de informações no contexto do memorando de entendimento firmado entre a Anatel e o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM). Essa iniciativa envolveu temas como indicadores de tráfego e controle, registro de cartões SIM, segurança cibernética e procedimentos de fiscalização na prestação de serviços de telecomunicações, igualmente conduzidos em formato virtual.

3.5 Agência Nacional de Transportes Aquaviários

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) é a autarquia vinculada ao Ministério da Infraestrutura que atua na regulação, supervisão e fiscalização dos serviços de transporte aquaviário e exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. A Antaq é responsável por implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura e atua em diversos segmentos, como na navegação de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e de longo curso; nos portos organizados e instalações portuárias neles localizadas; nos terminais de uso privado; nas estações de transbordo de carga; nas instalações portuárias públicas de pequeno porte; e nas instalações portuárias de turismo.

A atuação internacional da Antaq envolve o acompanhamento de propostas, negociações e a implementação de tratados e acordos bilaterais e multilaterais relacionados a transporte marítimo e navegação interior. Além disso, a agência participa de comissões, reuniões técnicas e grupos de trabalho voltados à regulamentação internacional do transporte aquaviário e ao intercâmbio de melhores práticas.

Em 2021, a Antaq colaborou com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) em uma iniciativa relacionada à navegação interior de percurso internacional. O objetivo era estabelecer um mecanismo de intercâmbio de dados estatísticos dos fluxos de carga que circulam pela hidrovía Paraguai-Paraná (tipos, volumes, origem, destino etc.), utilizando uma metodologia acordada entre os países envolvidos, que permitisse a compilação e divulgação dos dados. Essas informações são importantes para o planejamento de médio e longo prazo, bem como para

a otimização do uso dos recursos. Essa iniciativa de cooperação representa um exemplo de cooperação Sul-Sul.

3.6 Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional é uma instituição federal e, desde 2011, encontra-se subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conforme o Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, que o outorga como órgão principal do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga), fica a cargo da instituição a gestão, a preservação e a divulgação dos documentos da administração pública federal.

Além de gerenciar os documentos produzidos por órgãos federais, o Arquivo Nacional desempenha um papel crucial na proteção e preservação de acervos fundamentais e históricos do Brasil e do mundo. Isso inclui a responsabilidade pelos documentos que integram o Programa Memória do Mundo da UNESCO, destacando a importância da instituição na conservação do patrimônio documental global.

No âmbito da cooperação internacional, assim como muitas instituições brasileiras, o Arquivo Nacional atua exportando suas *expertises* técnicas, colaborando com organismos internacionais e/ou países parceiros, em projetos com benefícios mútuos. Em 2021, atuou em quatro projetos de cooperação Sul-Sul triangular. O primeiro projeto é o Programa Iberarchivos, que tem o propósito de fomentar, preservar, restaurar, ampliar e difundir o acesso aos arquivos dos países ibero-americanos (Península Ibérica, América Latina e Guiné Equatorial). O Iberarchivos é um fundo financeiro multilateral para documentos arquivísticos da comunidade. O financiamento do projeto ocorre por meio das contribuições dos países-membros e beneficia as instituições arquivísticas, os museus, os centros de documentação e pesquisa e as universidades de caráter público e privado da comunidade ibero-americana.

A segunda iniciativa de cooperação é a parceria com a Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA). Essa organização tem como missão promover o desenvolvimento arquivístico nos países associados (América Latina, Espanha e Portugal), sendo considerada uma das instituições mais ativas do Conselho Internacional de Arquivos. Sem fins lucrativos, a associação estimula a comunicação e a cooperação entre os participantes membros, mediante ações, congressos, seminários e encontros internacionais.

A terceira iniciativa ocorreu com o Conselho Internacional de Arquivos. Este conselho é um organismo internacional não governamental, sem fins lucrativos cuja incumbência está relacionada à promoção da gestão e do uso eficiente e eficaz de documentos e arquivos.

Por fim, a quarta iniciativa é uma colaboração com a Federação Internacional de Arquivos de Filmes (Fiaf). A Fiaf é uma instituição internacional dedicada à preservação de filmes e auxilia na preservação e disseminação dos documentos audiovisuais.

Nessa seara, a instituição promove a criação e manutenção dos arquivos e cinematecas, em diversos países. Para tal, desenvolve cooperação internacional entre as entidades a ela filiadas, contando com 164 instituições de 75 países.

3.7 Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BCB) é uma autarquia federal, autônoma, que integra o Sistema Financeiro Nacional. Como autoridade monetária do país, sua missão é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda nacional, além de salvaguardar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, promovendo o bem-estar econômico para a sociedade. Ademais, o BCB é o órgão federal depositário das reservas internacionais do Brasil, responsável pela emissão de moeda, além de receptor dos recolhimentos compulsórios e dos depósitos voluntários à vista das instituições financeiras nas contas por elas mantidas no banco, conforme determinado pela legislação.

No âmbito da cooperação internacional, as iniciativas realizadas pelo BCB visam ampliar o intercâmbio de informações e experiências com outros bancos centrais e instituições congêneres. Normalmente, as atividades da cooperação são baseadas na estruturação de programas ou projetos – por meio de um arranjo bilateral ou trilateral –, bem como em atividades pontuais com foco em questões específicas.

Nesse sentido, a cooperação pode cobrir uma ampla gama de tópicos relacionados a questões que envolvem a atuação de bancos centrais. Esses tópicos incluem: economia, regulação e supervisão, instrumentos e procedimentos operacionais, técnicas e ferramentas de supervisão bancária.

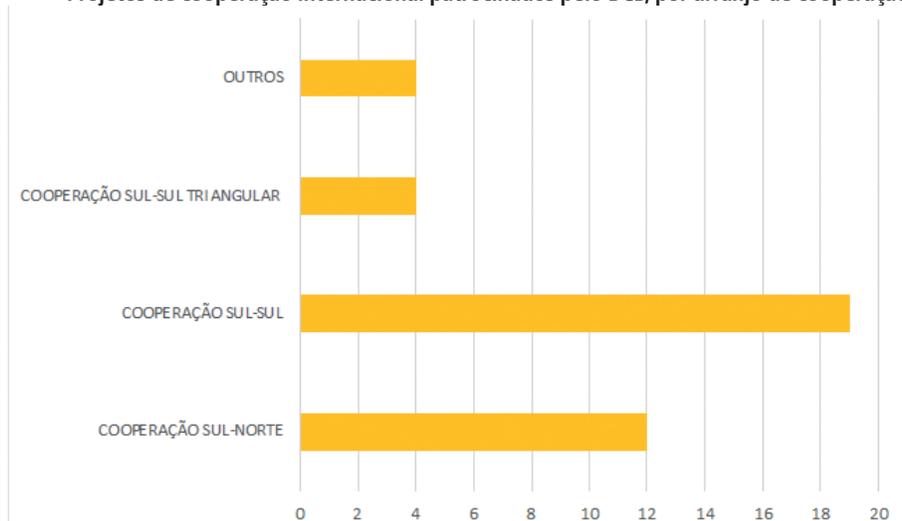
Em relação às atividades internas no BCB para realização de iniciativas de cooperação, ressaltam-se: i) receber e encaminhar dúvidas e solicitações de cooperação técnica internacional; ii) estruturar a iniciativa de cooperação em um programa, projeto ou ação, estabelecendo memorandos de entendimento entre as partes, se necessário; iii) agendar atividades; iv) prover apoio logístico; v) acompanhar a execução das atividades planejadas; e vi) avaliar os resultados das iniciativas.

Em 2021, o BCB atuou em 39 iniciativas de cooperação internacional, que atingiram um valor de R\$ 2,15 milhões. Desse total, 35 iniciativas são de cooperação técnica internacional. Uma menção importante é o fato de todas as 35 iniciativas contarem com aporte de horas técnicas dos servidores do banco, acumulando um total de 4.296 horas técnicas, com valor estimado de R\$ 530 mil.

Em termos de arranjo, doze iniciativas do banco são de cooperação Sul-Norte, representando R\$ 123 mil. Em termos de cooperação com países do Sul, o banco implementou dezenove iniciativas de cooperação Sul-Sul e quatro de cooperação triangular Sul-Sul. As vinte iniciativas de cooperação com países do Sul alcançaram cerca de R\$ 407 mil. O gráfico 7 resume os principais arranjos para as 39 iniciativas de cooperação do BCB em 2021.

GRÁFICO 7

Projetos de cooperação internacional patrocinados pelo BCB, por arranjo de cooperação



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por fim, é importante notar que 75% dos gastos do BCB em 2021 estão relacionados às quatro iniciativas de cooperação que não envolvem o compartilhamento de *expertise* pelo banco, mas sim uma cota para sua participação em foros internacionais. São contribuições voluntárias da União, que recebem a classificação “outros”, em termos de arranjo de cooperação. No total, o banco desembolsou R\$ 1,62 milhão com contribuições às seguintes organizações: i) Grupo de Egmont; ii) Grupo de Ação Financeira da América Latina (Gafilat); iii) International Swaps and Derivatives Association (ISDA); e iv) Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi/FATF).

O Grupo de Egmont é uma organização internacional que visa fortalecer a cooperação entre as unidades de inteligência financeira (UIFs) dos países-membros, disponibilizando mecanismo de compartilhamento de informações entre seus membros para combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e a crimes associados. Por sua vez, o Gafilat é uma instituição regional da América Latina e atua no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. A ISDA congrega bancos participantes do mercado de derivativos, tais como corporações privadas, gestores de investimentos, seguradoras, bancos, entidades governamentais. A organização opera na redução do risco de crédito da contraparte, no aumento da transparência e na melhoria da infraestrutura operacional do setor. Por fim, o Gafi/FATF é uma organização intergovernamental cujo propósito

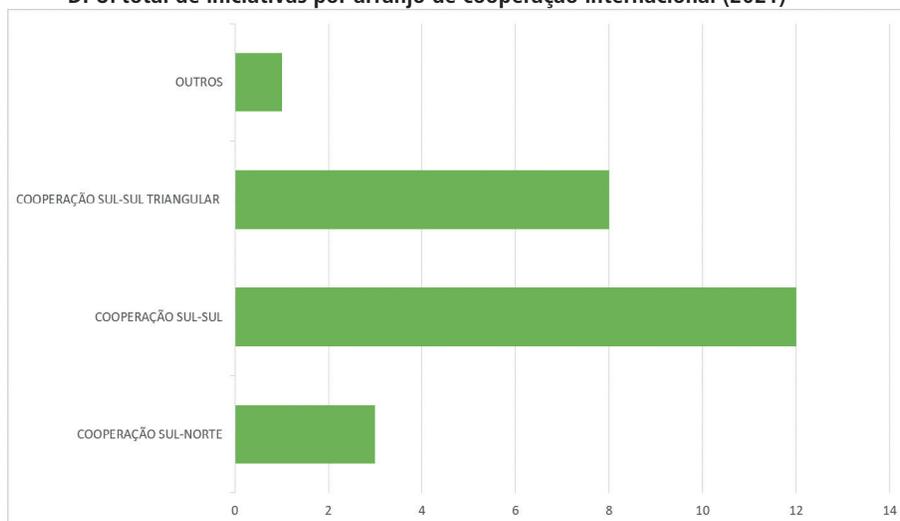
é desenvolver padrões internacionais e promover a agenda política de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

3.8 Defensoria Pública da União

A Defensoria Pública da União (DPU) implementou um total de 24 iniciativas de cooperação internacional prestadas em 2021. O valor total das iniciativas implementadas pela DPU alcançou R\$ 1,79 milhão em 2021, sendo 74% desse valor referente a gastos indiretos com horas técnicas de servidores dedicados às iniciativas de cooperação internacional. O gráfico 8 é uma representação visual de todas as 24 iniciativas implementadas pela DPU em 2021, desagregadas pelo arranjo de cooperação internacional.

GRÁFICO 8

DPU: total de iniciativas por arranjo de cooperação internacional (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Além das seis iniciativas já discutidas na seção 2 deste capítulo, a DPU implementou outras dezoito iniciativas de cooperação, distribuídas entre as modalidades C e D de cooperação internacional. No total, a DPU gastou R\$ 1,62 milhão com essas dezoito iniciativas. Novamente, é importante salientar que a maioria dos gastos se refere a mais de 9.515 horas técnicas dos seus servidores, no valor total de R\$ 1 milhão para as duas modalidades de cooperação internacional.

Na modalidade C (projetos de cooperação internacional), foram implementadas oito iniciativas. Houve predominância completa da colaboração com países do Sul, sendo seis atividades de cooperação Sul-Sul e duas iniciativas sob o arranjo de cooperação Sul-Sul triangular. As oito iniciativas concentraram um total de R\$ 1,3 milhão, ou 81% do gasto de cooperação técnica. O quadro 2 apresenta maior detalhamento das oito iniciativas.

QUADRO 2

DPU: iniciativas na modalidade C por arranjo de cooperação internacional

Arranjo de cooperação	Número de iniciativas	Título dos projetos/iniciativas
Cooperação Sul-Sul	6	1. Grupo de Trabalho Pessoas em Situação de Prisão e Enfrentamento à Tortura 2. DPU para Todos 3. Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio (GTMAR) 4. Defensores Públicos Interamericanos (DPIs) 5. Projeto Visita Virtual Internacional 6. Missão Pacaraima
Cooperação Sul-Sul triangular	2	1. Coordenação de Assistência Jurídica Internacional (Caji); 2. Coordenação de Tradução (CTRAD)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Na modalidade D (cooperação técnica internacional), foram implementados nove projetos. Os gastos com as dez iniciativas alcançaram R\$ 311 mil, sendo majoritariamente despesas com especialistas e atividades de treinamento e capacitação conduzidas pelos próprios servidores da DPU em favor de outros países. Nesta modalidade de cooperação, predomina igualmente a cooperação com os países do Sul, tanto a Sul-Sul quanto a triangular. O quadro 3 traz mais detalhes sobre cada iniciativa.

QUADRO 3

DPU: iniciativas na modalidade D por arranjo de cooperação internacional

Arranjo de cooperação	Número de iniciativas	Título dos projetos/iniciativas
Cooperação Sul-Sul	3	1. Reunião das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul (RAADH) 2. Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile 3. 141º Período Ordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos
Cooperação Sul-Norte	2	1. Curso O novo direito migratório brasileiro 2. Fortalecimento das Capacidades da Defensoria junto às Populações Migrantes e Refugiadas
Cooperação Sul-Sul triangular	4	1. Reunião de Alto-Nível da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para Avaliação do Plano de Ação Global para o Combate do Tráfico de Pessoas 2. VI Fórum Regional das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos para América Latina e Caribe 3. 14º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal 4. Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM) sobre Zonas de Fronteira
Outros	1	Curso O novo direito migratório brasileiro (parceria com a Organização Internacional para as Migrações)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

3.9 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Possui 26 superintendências regionais e tem como função implementar a política de infraestrutura de transportes terrestres e aquaviários. Para tal, o órgão é gestor e executor, sob a jurisdição do Ministério da Infraestrutura, das vias navegáveis, ferrovias e rodovias federais, instalações de vias de transbordo e de interface intermodal e instalações portuárias fluviais e lacustres.

Como órgão vinculado ao Ministério da Infraestrutura, o DNIT segue as mesmas normas de cooperação internacional do ministério. Assim, as iniciativas de cooperação técnica internacional fazem parte do objetivo de estabelecer parcerias ligadas a iniciativas e práticas de planejamento, gestão e operação da política pública no âmbito do setor de transportes do governo brasileiro com o país parceiro ou organismo internacional.

Em 2021, o DNIT participou de dois projetos de cooperação Sul-Sul, ambos voltados para infraestrutura em cidades fronteiriças. O primeiro projeto envolveu a ponte internacional Brasil/Paraguai e consistiu na elaboração de estudos e dos projetos básico e executivo de engenharia para o contorno rodoviário Norte, em Porto Murtinho-MS, incluindo o acesso à ponte internacional Brasil/Paraguai e instalações aduaneiras para o Centro Integrado de Controle de Fronteira na rodovia BR-267/MS.

O segundo projeto do DNIT abordou a construção da ponte internacional Porto Xavier (Brasil)/San Xavier (Argentina). Esse projeto englobou diversas atividades, como a contratação integrada de empresa para elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia, execução de todas as etapas e ações necessárias no processo de licenciamento ambiental, apoio aos serviços de desapropriação, remoção e reassentamento, além da execução das obras da ponte internacional Porto Xavier (Brasil)/San Xavier (Argentina), acessos nas margens brasileira e argentina, e infraestrutura completa dos complexos integrados de fronteira (aduana) na rodovia BR-392/RS, lote único.

3.10 Escola Nacional de Administração Pública

Sendo uma das principais escolas de governo do Brasil, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma instituição dedicada à formação continuada e profissional de agentes públicos, vinculada ao Ministério da Economia. O objetivo da instituição é possibilitar que os servidores públicos desenvolvam competências voltadas a gestão e políticas públicas, com o intuito de beneficiar e aumentar a capacidade de governo nas administrações públicas federal, estadual e municipal.

Na cooperação internacional, a Enap atua em esferas pertinentes à gestão pública, com colaboração entre a escola e as organizações internacionais e/ou países parceiros, em áreas de cooperação técnica de ensino, pesquisa e inovação. A Assessoria de Relações Institucionais (Asrel) é a área responsável pela supervisão da cooperação internacional da Enap. Ela atua na prospecção de parceiros para desenvolvimento de soluções educacionais, implementação de eventos de capacitação e internacionalização da Enap. A cooperação internacional se desenvolve também a partir da interlocução com ministérios, instituições de ensino e pesquisa, *think tanks*, laboratórios de inovação, organismos internacionais e embaixadas.

É de responsabilidade da Asrel assessorar dirigentes e técnicos da Enap em visitas técnicas, congressos, apresentações e cursos no exterior, recepcionar delegações estrangeiras, organizar e coordenar eventos internacionais. Também é sua atribuição coordenar a atuação da Enap em redes e foros internacionais, fomentar a internacionalização dos conteúdos das capacitações da instituição, além de identificar e captar fontes de financiamento para atividades internacionais.

Em vista disso, a cooperação desenvolvida pela Enap, por intermédio da Asrel, divide-se conforme a seguir descrito.

- 1) Cooperação Sul-Norte: captação de oportunidades de intercâmbio horizontal com indivíduos, organismos internacionais e organizações congêneres que possam atender a necessidades de capacitação de servidores públicos brasileiros, precipuamente em ações de fortalecimento institucional de escolas de governo e metodologias inovadoras de capacitação.
- 2) Cooperação Sul-Sul: formação de projetos, redes, foros e outras atividades, identificando oportunidades, atendendo a demandas de intercâmbio com países em desenvolvimento e fomentando a troca de experiências por meio de uma relação horizontal, com ganhos mútuos.

Em 2021, a Enap implementou um total de oito iniciativas de cooperação internacional, com um gasto estimado em R\$ 292 mil. Entre as iniciativas, sete foram de cooperação Sul-Sul, beneficiando diversos países em desenvolvimento (não especificados pela instituição), atuando essencialmente na esfera do ensino remoto. Para países do Sul, o custo estimado das capacitações profissionais *on-line* para estrangeiros foi de R\$ 292 mil.

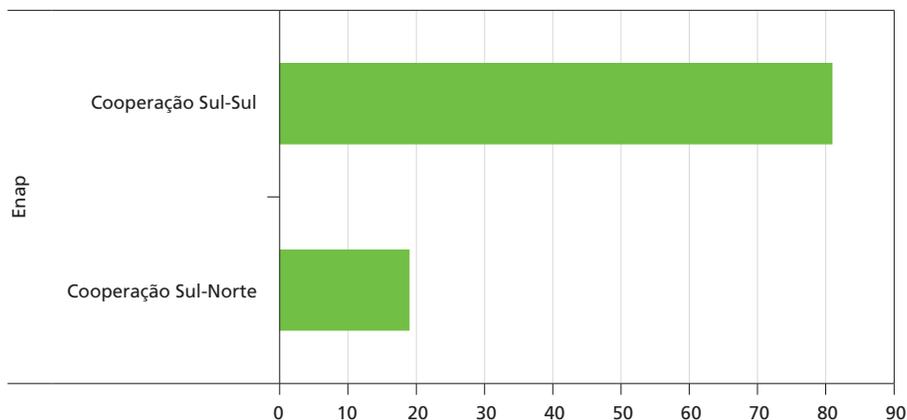
É importante salientar que grande parte das capacitações oferecidas pela Enap é feita via Escola Virtual de Governo (EV.G), portal único de governo que oferece cursos de capacitação *on-line* gratuitos. Podem participar dos cursos os servidores ou cidadãos de vários países que buscam desenvolver seus conhecimentos e habilidades no serviço público. Há cursos para estrangeiros nos idiomas português, espanhol e

inglês. No total, a Enap emitiu 3.386 certificados a estrangeiros de 125 países. Estes estrangeiros participaram de 298 cursos em 27 temáticas de formação profissional.

No âmbito da cooperação Norte-Sul, a Enap possui uma parceria com os Estados Unidos na área de formação profissional. A escola implementou um programa de estágios virtuais de dois a três meses para alunos da Universidade de Colúmbia. Durante este período, os alunos podem implementar pesquisas ou conhecer as rotinas e áreas de políticas, além de participar de processos da administração pública do governo federal brasileiro.

GRÁFICO 9

Enap: iniciativas nas modalidades C e D, por arranjo de cooperação internacional
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

3.11 Fundação Oswaldo Cruz

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – uma das principais instituições de ciência e tecnologia em saúde da América Latina – é uma fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Saúde, e tem como finalidade promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, além de disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os valores da Fiocruz, pautados pela relevância da atuação da organização para a sociedade, são os alicerces de atitudes, comportamentos e características que configuram a missão central da organização. Entre os seus princípios norteadores, a instituição tem a cooperação e a integração como valores, utilizados enquanto instrumentos formais de estabelecimento e fortalecimento de parcerias com

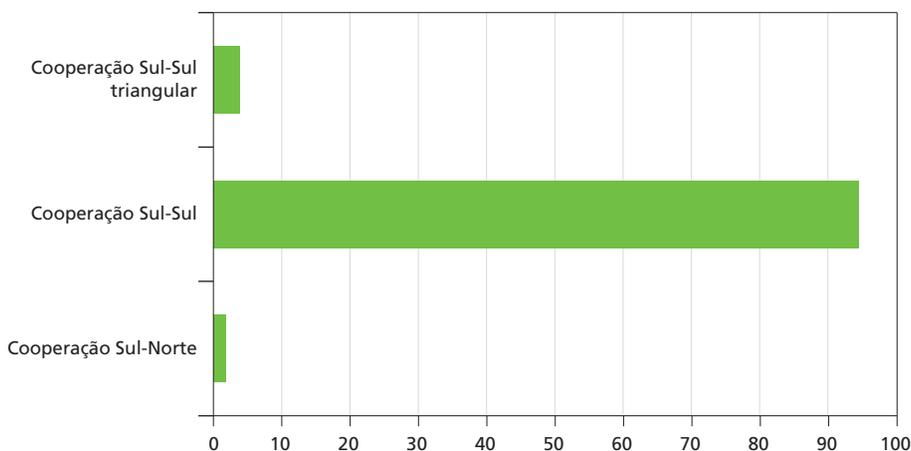
instituições estrangeiras. Tais parcerias são realizadas com base em planejamento mútuo e conforme as políticas de saúde dos países participantes.

Em 2021, a Fiocruz atuou em 53 iniciativas de cooperação internacional, que alcançaram um valor total de R\$ 2,88 milhões. As iniciativas de cooperação Sul-Sul despontam como o principal arranjo utilizado pela fundação, concentrando mais de 94% das iniciativas e quase 96% dos gastos em 2021. De fato, apenas uma iniciativa da Fiocruz não foi de cooperação Sul-Sul ou Sul-Sul triangular em 2021. O gráfico 10 traz uma representação visual dos projetos da Fiocruz em 2021, por arranjo de cooperação internacional.

GRÁFICO 10

Fiocruz: iniciativas, por arranjo de cooperação internacional (2021)

(Em %)



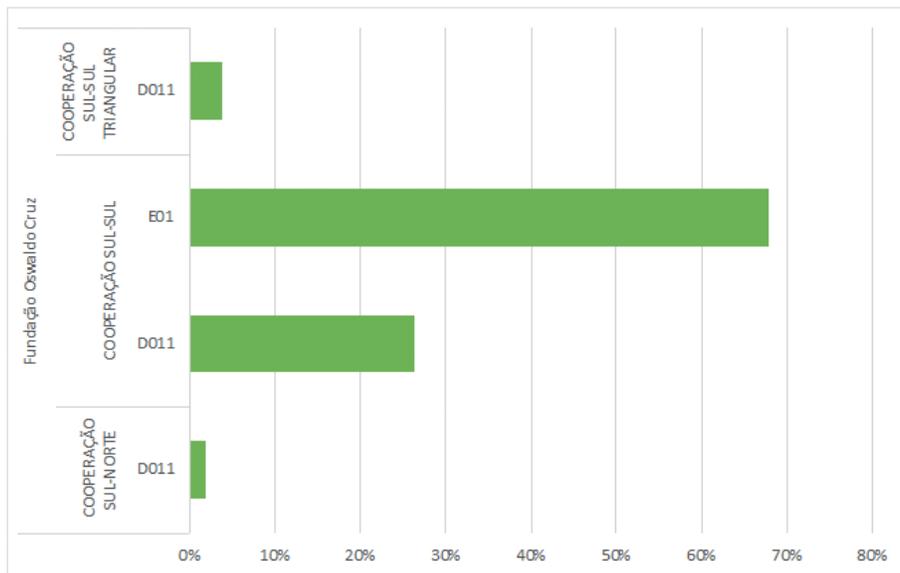
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

É importante salientar que a atuação da Fiocruz em projetos de cooperação em 2021 está distribuída entre as modalidades D (cooperação técnica) e E (bolsa de estudos e gastos com estudantes). Uma vez que os dados da fundação para a modalidade E compõem o conjunto de informações que sustenta a análise apresentada na seção 2 do capítulo 4 deste livro, privilegiar-se-á um exame mais aprofundado das iniciativas relacionadas a atividades de cooperação técnica internacional. Mais especificamente (conforme o gráfico 11), 68% das iniciativas da Fiocruz em 2021 se referem a isenção de custos de matrícula a estudantes de países do Sul (subitem E01), enquanto os 32% remanescentes constituem essencialmente custos com especialistas em cooperação técnica internacional Sul-Sul e Sul-Norte (subitem D011).

GRÁFICO 11

Fiocruz: iniciativas, por arranjo, modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No tocante à modalidade D, as dezessete iniciativas de cooperação internacional implementadas pela Fiocruz representaram um gasto de R\$ 2,88 milhões em 2021. O principal grupo de atividades de cooperação técnica internacional em 2021 se relaciona à assessoria para implementação, desenvolvimento ou manutenção de banco de leite humano, concentrando cerca de metade das iniciativas. Em segundo lugar, temos que as capacitações oferecidas pela Fiocruz e reuniões técnicas no âmbito da Rede de Escolas de Saúde Pública da Comunidade de Países de Língua Portuguesa representaram quatro iniciativas.

Embora o assunto seja explorado com mais especificações no capítulo 4 deste livro, faz sentido apresentar separadamente as ações da Fiocruz no campo da mobilidade internacional estudantil de estudantes estrangeiros para o Brasil (modalidade E). Nesta, as iniciativas de cooperação representam os alunos estrangeiros de pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado acolhidos pela fundação em 2021. No total, foram 84 bolsas concedidas a nacionais de 23 países em desenvolvimento. O valor total gasto alcançou R\$ 2,5 milhões, sendo que metade das bolsas foram concentradas em nacionais de Moçambique, Colômbia e Paraguai. A figura 1 ilustra a origem dos estudantes apoiados pela Fiocruz em 2021.

Em 2021, o governo do Distrito Federal atuou em um projeto de cooperação Sul-Sul, em parceria com a República Dominicana, com um gasto aproximado de R\$ 183 mil.

O acordo tem por objeto promover a colaboração entre o Distrito Federal e seus parceiros para o planejamento e execução de projetos de pesquisas, consultorias, assessorias, estudos comparados, cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização, seminários e palestras, disseminação dos conhecimentos e de ferramentas de gestão pública, missões técnicas, intercâmbio, compartilhamento de informações, além de infraestrutura e outros eventos de interesse das partes. Esta iniciativa de cooperação contou com ações nas áreas de segurança pública, meio ambiente, turismo, cultura, educação, desenvolvimento e planejamento urbano sustentável.

3.13 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira. Exerce a supervisão da política ambiental em nível nacional, que compreende atribuições relativas ao licenciamento, controle e autorização do uso de recursos naturais, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, órgão supervisor do Ibama, também atua na execução direta da política ambiental federal e, supletivamente, ajuda a fortalecer os sistemas estaduais e municipais. No âmbito da cooperação internacional, a parceria com outros países e instituições faz parte dos objetivos estratégicos do Ibama. Nesta seara, o órgão exerce cooperação na área técnica, compartilhando as competências que a instituição já desempenha na esfera nacional.

Em 2021, o Ibama participou de quatro projetos, tendo o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) como canal de atuação: i) Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); ii) Manejo Integrado do Fogo no Patrimônio Natural do Equador; iii) Programa Amazônia sem Fogo; e iv) Rede Regional de Incêndios Florestais da América do Sul.

É importante mencionar que o Brasil é reconhecido como centro de referência regional para redução do fogo. Nesse contexto, o Prevfogo se destaca como centro especializado, responsável pela prevenção e combate aos incêndios florestais em território nacional, incluindo atividades relacionadas com campanhas educativas, treinamento e capacitação de produtores rurais e brigadistas, monitoramento e pesquisa.

3.14 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável por aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas educacionais, atuando em três áreas: avaliação e exames educacionais; gestão do conhecimento e estudos educacionais; e pesquisas estatísticas e indicadores educacionais.

A orientação do órgão, em função da formação de parcerias no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, ocorre com o estabelecimento e implementação de projetos de cooperação técnica. Estes projetos têm o propósito de aperfeiçoar e promover as atividades exercidas pelo Inep, alinhando a formação de parcerias internacionais com o objetivo estratégico de avançar nos indicadores educacionais do Brasil.

O instituto trabalha com uma agenda internacional de ações estratégicas, alinhadas nos interesses e necessidades de programas desenvolvidos pela instituição, como o novo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em consonância com seus objetivos estratégicos, e como um estímulo à formação de projetos de cooperação técnica, em 2020, o Inep elaborou o *Manual de gestão dos projetos de cooperação técnica internacional* (CTI). O manual está alinhado a ações estruturais de médio e longo prazo da instituição, e é um esforço do Inep para desenhar projetos de cooperação bilaterais e/ou multilaterais com instituições internacionais e países parceiros.

Em 2021, o Inep atuou em cinco projetos de cooperação Sul-Sul triangular, todos voltados à pesquisa, relacionados à avaliação do ensino e dos estudantes. O gasto total estimado com os cinco projetos alcança cerca de R\$ 12 milhões. Contudo, é preciso esclarecer que apenas dois entre os cinco projetos correspondem diretamente a cooperação técnica internacional (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Pisa/OCDE e Estudo Internacional de Progresso em Leitura/Associação Internacional para a Avaliação do Desempenho Educacional – PIRLS/Aiade). Entre os três projetos remanescentes que são classificados na modalidade B01 (contribuições obrigatórias a centros de pesquisa), dois são estudos voltados para educação cívica e cidadania e um para tendências em matemática e ciências. O quadro 4 apresenta o detalhamento dos projetos do Inep, por cada um dos seus parceiros.

QUADRO 4

Inep: projetos de cooperação Sul-Sul triangular, por parceiro (2021)

Aiade	OCDE
Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania	Pisa
PIRLS	-
Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (TIMSS 2023)	-

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

3.15 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. Ele reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas vinculadas ao Mapa.

A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Mapa está presente em fóruns internacionais, que discutem, normatizam e regulamentam o comércio de produtos agropecuários. Entre os principais fóruns estão: Codex Alimentarius; Mercosul; Organização Mundial da Saúde Animal (OIE); OCDE; Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (Unece); International Organisation of Vine and Wine (OIV). Adicionalmente, o Mapa, por meio da SDA, atua internacionalmente nos temas relacionados a produtos de origem vegetal, sanidade vegetal e participação do Brasil em feiras e eventos internacionais, assim como no comércio internacional.

Em 2021, o Mapa implementou duas iniciativas de cooperação internacional. Na primeira, junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF, em inglês), a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Mapa trabalhou na iniciativa de atuar na gestão sustentável da captura acidental na pesca de arrasto (*trawl fisheries*) na América Latina e no Caribe (projeto conhecido como REBYC-II LAC, que é realizado também na Colômbia, Costa Rica, México, Suriname, e Trindade e Tobago). Trata-se de arranjo de cooperação Sul-Sul triangular. A segunda iniciativa se refere a contribuições voluntárias para organismos internacionais. Neste caso, a contribuição voluntária foi para atividades econômicas com a OCDE.

3.16 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) é um órgão da administração federal direta, com as seguintes áreas de competência: i) políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação; ii) planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação; iii) política de desenvolvimento de informática e automação; iv) política nacional de biossegurança; v) política espacial; vi) política nuclear; vii) controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e viii) articulação com governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com a sociedade e com órgãos do governo federal. O MCTI conta também com unidades de pesquisa, entidades vinculadas e organizações sociais.

Em 2021, o MCTI conduziu vinte iniciativas de cooperação internacional, com um gasto total estimado de R\$ 2,15 milhões. As iniciativas conduzidas pelo ministério se distribuem em três modalidades de cooperação internacional. Treze iniciativas estão associadas às modalidades C e D, sendo que apenas cinco correspondem às contribuições voluntárias às organizações multilaterais (subitem B02b). O gasto combinado nas modalidades C e D alcançou R\$ 1,63 milhão, enquanto R\$ 209 mil foram gastos nas cinco iniciativas classificadas na modalidade B. O quadro 5 especifica as contribuições voluntárias do MCTI em 2021.

QUADRO 5

MCTI em 2021 na modalidade B: contribuições voluntárias da União a organismos internacionais

Parceiro	Descrição da contribuição
Comitê Científico de Pesquisa Oceânica	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisa Oceânicas (Scor)
Committee on Space Research	Contribuição para o Comitê sobre Pesquisa Espacial (Cospar)
International Astronautical Federation	Contribuição à Federação Internacional de Astronáutica (FIA)
California Institute of Technology	Contribuição à Colaboração Científica do Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser Ligo
Comitê Científico de Pesquisa Antártica	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisa Antártica (Scar)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Na modalidade C de cooperação, é importante destacar que uma das iniciativas constitui projeto implementado pelo Instituto Butantan. Contudo, o instituto optou por se autotransformar como canal de implementação, delegando ao MCTI o papel de instituição responsável. O projeto do Instituto Butantan, com custo estimado de R\$ 600 mil, favoreceu Moçambique no campo das técnicas de produção de soro antiofídico. O projeto teve três etapas de implementação, executadas entre os anos de 2005 e 2009. A quarta etapa de construção do serpenteiro, todavia, foi executada em 2021, com recursos oferecidos pela empresa Vale.

Na modalidade D, doze iniciativas de cooperação técnica foram concentradas no subitem D012 (custos com diárias e passagens de especialistas) e D01 (cooperação técnica em espécie), sob os arranjos de cooperação Sul triangular e cooperação Sul-Norte. Apesar de haver maior número de iniciativas de cooperação Sul-triangular (oito iniciativas), as iniciativas de cooperação Sul-Norte foram as que envolveram maior volume de gastos, alcançando R\$ 803 mil. As quatro iniciativas representam parcerias gerais em cooperação técnica do MCTI com a Alemanha, o Fundo Global para o Meio Ambiente, o Fundo de Investimento Climático e a Parceria Global para Inteligência Artificial.

3.17 Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do governo federal responsável pela coordenação dos esforços integrados de defesa, contribuindo para a garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira. Cabe ao MD o preparo e o emprego conjunto e singular das Forças Armadas, constituídas por Marinha, Exército e Aeronáutica, além de sua articulação com os demais órgãos do Estado. As ações internacionais do ministério se dão por meio: i) das atuações em missões de paz; ii) de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso das políticas externa e de defesa; iii) das cooperações internacionais; iv) da participação em fóruns internacionais multilaterais; e v) de parcerias e acordos bilaterais.

Em 2021, o MD conduziu duas grandes iniciativas em termos de cooperação internacional. A primeira delas é a participação brasileira na missão de paz do Líbano, Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A UNIFIL existe desde 1978, após o estabelecimento das resoluções nºs 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de restaurar a paz e segurança internacional na região, além de ajudar o governo libanês a restaurar sua efetiva autoridade na área. Ao sul do país, a chamada Linha Azul é o ponto crucial a ser observado para se manter a paz que prevaleceu sobre os conflitos nos anos posteriores à resolução da ONU.

O Brasil participa da missão de paz desde 2011, com militares brasileiros atuando junto ao estado-maior das brigadas espanholas no sul do Líbano. Estas forças são responsáveis pelo setor leste do desdobramento terrestre da ONU no país, com a missão de vigiar a cessação das hostilidades e o respeito à Linha Azul, além de apoiar o governo libanês na restauração de sua autoridade na área sul do Líbano.

O Brasil vem apoiando a referida missão com integrantes do Estado-Maior, observadores e policiais militares dos estados da Federação, como International Police Officer (IPO). A participação brasileira na missão de paz do Líbano relaciona-se basicamente a gastos na modalidade D (cooperação técnica, subitem D013 – Custos com serviços, materiais, equipamentos, para a manutenção das Forças de Paz), caracterizando-se como um arranjo de cooperação Sul-Sul.

A segunda iniciativa de cooperação internacional do MD é majoritariamente com a Venezuela. Trata-se do acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, com gastos na modalidade I (apoio a refugiados, solicitantes, pessoas protegidas, subitem I02 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de doze meses), caracterizado como arranjo de cooperação Sul-Sul para ações diversas relacionadas a: i) diárias de pessoal militar; ii) material de consumo; iii) material, bem ou serviço para distribuição gratuita; iv) passagens e despesas com locomoção; v) serviços de terceiros – pessoa jurídica; vi) serviços

de tecnologia da informação e comunicação – pessoas jurídicas; vii) obrigações tributárias e contributivas; e viii) equipamentos e material permanente.

3.18 Superintendência de Seguros Privados

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia. Ela é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. A Susep é membro do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, em conjunto com o Ministério da Economia, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, o BCB e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2021, a atuação da Susep em cooperação internacional prestada se deu por meio da cooperação técnica na modalidade cooperação Sul-Sul com Angola. Aquele país foi beneficiário de uma capacitação no âmbito da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos. A capacitação em questão se constituiu na realização de sessões de videoconferência, nas quais os técnicos da Susep explicaram e demonstraram a regulação e supervisão da Susep para os técnicos da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg).

3.19 Agência Nacional de Saúde Suplementar

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. A ANS atua na regulação da saúde suplementar (estabelecimentos de políticas e diretrizes gerais, ações normativas e indutoras que defendam o interesse público e garantam a sustentabilidade do mercado de assistência suplementar à saúde), na qualificação da saúde suplementar (elaboração de políticas, diretrizes e ações que buscam a qualificação do setor, das operadoras e dos processos) e em atividades de articulação institucional.

As atividades de cooperação internacional da ANS são recentes. Em 2021, a agência realizou projeto de cooperação internacional com a Colômbia, denominado Fortalecimento das Capacidades de Saúde na Elaboração de Indicadores Estratégicos e de Gestão e Fortalecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar do Brasil no Controle de Gastos em Saúde. Tal projeto teve como objetivo apoiar a elaboração de metodologias para criação de indicadores estratégicos e de gestão, como reforço das ações de inspeção, vigilância e controle dos atores do sistema de saúde colombiano. A ANS, por sua vez, se aprofundou no estudo sobre redução de gasto em saúde do país em questão, ponto no qual a Colômbia se destaca na América Latina. Trata-se de uma iniciativa de cooperação internacional Sul-Sul.

3.20 Instituto Butantan

O Instituto Butantan é produtor de vacinas e soros, sendo um dos principais produtores de imunobiológicos no Brasil e no mundo. O instituto realiza diversas atividades de relevância regional e global. As mais significativas são descritas adiante.

- 1) Desenvolvimento de estudos e pesquisa básica nas áreas de biologia e de biomedicina relacionados, direta ou indiretamente, com a saúde pública.
- 2) Realização de missões científicas no país e no exterior por meio das Organizações Mundial e Pan-Americana da Saúde, da ONU e do Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF).
- 3) A colaboração para a melhoria da saúde global, com outros órgãos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e do Ministério da Saúde, no Brasil.
- 4) Implementação de projetos de pesquisa básica e aplicada, tais como estudos sobre animais peçonhentos, agentes patogênicos, inovação e modernização dos processos de produção e controle de imunobiológicos, além de estudos clínicos, terapêuticos e epidemiológicos relacionados a acidentes causados por animais peçonhentos.
- 5) Manutenção de coleções científicas zoológicas e desenvolvimento de atividades educacionais e culturais por meio de quatro museus: Museu Biológico, Museu Histórico, Museu de Microbiologia e Museu de Saúde Pública Emílio Ribas.
- 6) Capacitação de alunos por meio de estágios em nível de iniciação científica (Programa de Iniciação Científica/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Pibic/CNPq), programa de especialização na área da saúde e pós-graduação (mestrado e doutorado).
- 7) Oferta de cursos de extensão para formação de profissionais que possam ser multiplicadores de informações em saúde pública e cursos de aperfeiçoamento de curta duração, abordando temas como animais peçonhentos, insetos de importância médica, soros e vacinas, destinados à comunidade em geral, estudantes, professores, militares, bombeiros, agropecuaristas, entre outros.

Em 2021, o Instituto Butantan implementou um projeto de cooperação internacional com Moçambique, caracterizando-se como um arranjo de cooperação Sul-Sul. O projeto concentra-se em ações de desenvolvimento de anticorpos específicos para toxinas presentes em venenos de cobras africanas, em quatro etapas. As etapas 1, 2 e 3 foram realizadas entre 2005 e 2009, sendo que apenas a etapa 4 foi implementada em 2021 (construção e implantação de serpentário e planta piloto para produção local de antivenenos). Os gastos totais com esta quarta etapa alcançaram R\$ 600 mil.

3.21 Comissão Nacional de Energia Nuclear

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) é uma autarquia federal vinculada ao MCTI, criada em 1956 e estruturada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para desenvolver a política nacional de energia nuclear. É responsável pelo estabelecimento de normas e regulamentos em radioproteção e pela regulação, licenciamento e fiscalização da produção e uso da energia nuclear no Brasil. A CNEN atua em atividades de pesquisa, orientação, planejamento, regulação e fiscalização, em diversos setores que mantêm interação com a área nuclear, como geração de energia elétrica; medicina nuclear; aplicações na indústria, agricultura e meio ambiente; pesquisa e ensino relacionados a tecnologias aplicadas; exploração e pesquisa em beneficiamento das reservas minerais nucleares (urânio, tório etc.); defesa, especialmente relacionada à propulsão nuclear; tratamento e armazenamento de rejeitos radioativos; segurança e proteção radiológica da população.

A estrutura da CNEN está organizada em duas áreas: pesquisa e desenvolvimento, e radioproteção e segurança, cujas atividades e responsabilidades estão desdobradas em várias unidades situadas em diferentes pontos do país. A Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD) é responsável pelos institutos de pesquisa; e a Diretoria de Radioproteção e Segurança (DRS) é responsável pelo Laboratório de Poços de Caldas (Lapoc), dois escritórios de representação – em Brasília (Esbra) e Porto Alegre (Espoa) – e quatro postos distritais, em Angra dos Reis (Diang), Caetité (Dicae), Fortaleza (Difor) e Resende (Dires). Há também os Centros Regionais de Ciências Nucleares no Nordeste (CRCN-NE) e Centro-Oeste (CRCN-CO), que têm como função estender a atuação da CNEN para essas regiões. O CRCN-NE, em Recife, atua prioritariamente nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; formação de recursos humanos e produtos e serviços na área nuclear e correlatas. Por sua vez, o CRCN-CO, situado em Abadia de Goiás, foi criado com o objetivo principal de monitorar os depósitos definitivos dos rejeitos oriundos do acidente radiológico de Goiânia, ocorrido em setembro de 1987, e manter um acervo histórico das ações e soluções tecnológicas adotadas.

O CNEN implementou cinco iniciativas de cooperação internacional no ano de 2021, com predominância nos arranjos de cooperação triangular, por meio do Programa de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica (PCT/AIEA). A participação do CNEN com a AIEA e o Instituto Nacional de Câncer (Inca) se deu por meio da cooperação técnica, com a modalidade “D02 – Custos de treinamento e capacitação”, por meio do treinamento realizado ao longo de 2021 para cidadãos moçambicanos, dentro do escopo do projeto de expansão dos serviços de radioterapia e introdução aos serviços de medicina nuclear (Expanding Radiotherapy Services and Introducing Nuclear Medicine Services).

As outras duas iniciativas realizadas pelo CNEN também configuraram-se como cooperação técnica, modalidade “D02 – Custos de treinamento e capacitação”, por meio da atuação do CNEN com a AIEA e o Hospital de Câncer de Barretos, em atividade de treinamento para cidadã uzbequistanesa, no escopo do projeto Supporting Overall Programme Management and Sustainability, e treinamento de cidadão angolano por todo o ano de 2021 sob o escopo do projeto de apoio ao desenvolvimento de recursos humanos em medicina de radiação para os países do Acordo de Afra,⁵ denominado Supporting Human Resources Development in Radiation Medicine, que tem como foco o fortalecimento do tratamento de câncer pelo treinamento e educação em radiação para os profissionais de medicina dos Estados do Acordo de Afra.

3.22 Instituto Nacional de Câncer

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) é o órgão do Ministério da Saúde que atua no desenvolvimento e coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. As ações consistem na assistência médico-hospitalar, como parte dos serviços oferecidos pelo SUS, e na atuação em áreas estratégicas, como prevenção e detecção precoce, formação de profissionais especializados, desenvolvimento da pesquisa e geração de informação epidemiológica.

A atuação internacional do Inca se dá por meio de apoio a ações e políticas para intercâmbio de experiência técnica, propiciando o aprimoramento das equipes técnicas do instituto, além do compartilhamento da experiência brasileira com outros países e fortalecimento das políticas na área de prevenção e controle do câncer.

O Inca possui diversas parcerias e ações internacionais que atuam na transferência ou compartilhamento de conhecimentos e experiências por meio de capacitações humanas e institucionais, para o fortalecimento dos sistemas de saúde do Brasil e de países em desenvolvimento. As principais iniciativas em que o Inca atua são: i) Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco do Mercosul e Estados Associados (CICT); ii) Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS) para o Controle do Tabaco; iii) cooperação com a União Internacional para Controle do Câncer (UICC); iv) cooperação com a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iara); v) cooperação com a AIEA; e vi) projetos de cooperação com a CPLP.

Para o ano de 2021, o Inca teve duas ações de cooperação internacional caracterizadas como arranjos de cooperação Sul-Sul, na modalidade de cooperação técnica. A primeira iniciativa foi com Angola, na modalidade de cooperação técnica “D011 – Custos com especialistas”, em iniciativa que consistiu no apoio

5. Afra – African Regional Cooperative Agreement for Research, Development and Training related to Nuclear Science and Technology.

à implementação e gestão de medidas para a prevenção e o controle do câncer em Angola, em projeto que consolida a política e o plano nacional de prevenção e controle do câncer em Angola, e na melhoria da atenção prestada aos pacientes do Instituto Angolano de Controle do Câncer (IACC) em relação à detecção precoce, confirmação diagnóstica e tratamento do câncer, por meio da realização de formação de profissionais angolanos de equipe médica e multidisciplinar do IACC e de outros serviços de oncologia, no Inca, e o assessoramento técnico da parte brasileira para a estruturação da política.

A segunda iniciativa de cooperação internacional aconteceu com a Colômbia, na modalidade cooperação técnica “D02 – Custos com treinamento e capacitação”, sobre o controle de tabaco, por meio de troca de boas práticas e colaboração técnica entre representantes da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq) e os membros do governo colombiano.

3.23 Governo do estado de Minas Gerais

Minas Gerais é o quarto estado com a maior área territorial e o segundo em quantidade de habitantes. Seu território é subdividido em 852 municípios. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) é a área responsável pelas iniciativas de fomento dos negócios internacionais e atração de investimentos, e também é responsável pela agenda internacional do estado de Minas Gerais. A secretaria conta com uma Assessoria de Cooperação Nacional e Internacional, e sua agenda internacional está organizada de acordo com os temas de oportunidades internacionais, missões internacionais e visitas oficiais estrangeiras, inteligência e assessoria técnica internacional e formalização de cooperação internacional.

Em 2021, o estado realizou doze iniciativas de cooperação, sendo quatro iniciativas de arranjo de cooperação Sul-Norte e oito iniciativas de arranjo de cooperação Sul-Sul. As modalidades das iniciativas são de C (projetos), com oito iniciativas, e D (cooperação técnica), com quatro iniciativas.

As iniciativas na modalidade C01 (projetos), foram predominantemente de arranjos de cooperação Sul-Sul, descritas a seguir.

- 1) Atendimento humanitário em apoio à comunidade haitiana, em decorrência das consequências da passagem do ciclone tropical Grace pelo Haiti, com o envio de uma guarnição de bombeiros militares composta por dois oficiais e duas praças, para realização de ações de busca e salvamento e atendimento humanitário, coordenada pela ABC.
- 2) Missão Oficial do Estado de Minas aos Emirados Árabes Unidos, com o envio de um representante do governo do estado.

- 3) Missão Precursora do Estado aos Emirados Árabes Unidos, com envio de um representante do governo do estado.
- 4) Feira Internacional de Comércio e Serviços China-Brasil (CIFTIS China-Brasil), com vistas ao aprofundamento da Parceria Estratégica Global entre a China e o Brasil, com a interação de um servidor. O Consulado-Geral da China no Rio de Janeiro organizou a Feira Internacional em Nuvem para Comércio de Serviços China-Brasil 2021 (CIFTIS China-Brasil), que visa estabelecer uma plataforma pública de comércio internacional de serviços, para promover os intercâmbios nos campos de serviços técnicos, serviços comerciais, saúde inteligente, cidades inteligentes e comércio cultural.
- 5) Evento de Promoção de Investimentos no Parque Industrial da XCMG em Pouso Alegre, com a interação de um representante. O evento contou com a participação da Assessoria de Cooperação Internacional, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Invest Minas, Vice-Governadoria, Consulado-Geral do Brasil em Xangai, Governo da Província de Jiangsu, Vale e outras empresas atuantes nas relações bilaterais Brasil-China, para promoção do Parque Industrial da XCMG em Pouso Alegre.

Os arranjos de cooperação Sul-Norte estão descritos a seguir.

- 1) Missão Oficial do Estado de Minas ao Reino Unido, com envio de um representante do governo do estado.
- 2) Missão Oficial do Estado de Minas aos Estados Unidos (Invest Minas e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico), com envio de um representante do governo do estado.
- 3) Business Forum Itália-Minas Gerais, com a participação de dois servidores, em formato remoto, por meio de painéis setoriais sobre agronegócio, manufatura e energia sustentável.

As iniciativas na modalidade “D01 – Cooperação técnica em espécie (geral)” foram predominantemente de arranjo de cooperação Sul-Sul, e estão elencadas a seguir.

- 1) Missão Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais ao Catar e Emirados Árabes Unidos, com participação de três servidores do estado de Minas Gerais.
- 2) Missão Oficial do Governo do Estado de Minas aos Emirados Árabes Unidos, com participação de dois servidores do estado de Minas Gerais.

- 3) Cooperação Internacional via Irmanamento entre Província de Jiangsu e Minas Gerais, com cooperação nas áreas econômica, comercial, ciência, tecnologia, cultura, esportes, educação, saúde, relações diplomáticas, com participação de um servidor da Assessoria de Cooperação Internacional, de modo remoto, para as atividades de cooperação.

Ainda na modalidade “D01 – Cooperação técnica em espécie (geral)”, houve uma iniciativa com arranjo de cooperação Sul-Norte, descrita a seguir.

- 1) Cooperação entre o Estado de Minas Gerais e o Estado de Queensland, na Austrália, para esforços mútuos no desenvolvimento, aprimoramento e capacitação nas áreas de mineração e meio ambiente, com um servidor atuando, de modo remoto, nas atividades que compõem a cooperação.

4 COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA, MISSÕES DE PAZ E REFUGIADOS (MODALIDADES G, I E J)

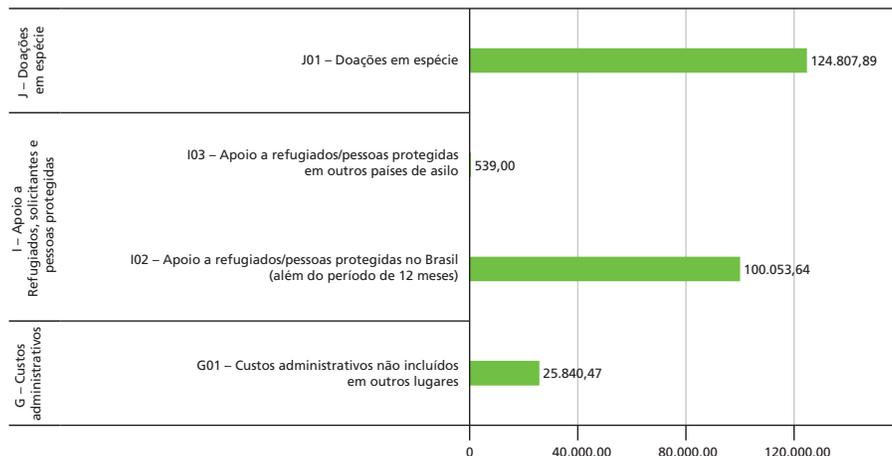
A opção por agrupamento das modalidades I (apoio a refugiados, solicitantes e pessoas protegidas) e J (doações em espécie) para esta seção ocorreu naturalmente, uma vez que as atividades relacionadas às doações em espécie estão diretamente ligadas às ações humanitárias. A inclusão das iniciativas ligadas a custos administrativos resulta de conveniência, uma vez que elas não possuem ligação com nenhuma das demais modalidades de cooperação e tampouco possuem relevância para análise, se destacadas de algum agrupamento. Em conjunto, as três modalidades representaram pouco menos de 8% do gasto total em 2021. Porcentagem ainda menor representam as iniciativas de cooperação associadas a esse conjunto de modalidades – apenas 2,6% do total (210 iniciativas).

Embora o gasto geral ou a quantidade de iniciativas não seja tão alto, impressiona o fato de que apenas cinco iniciativas concentrem mais de 76% do gasto total nessas modalidades. No subitem I02 (apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de doze meses), um projeto do MD computa mais de R\$ 100 milhões. No subitem J01 (doações em espécie), duas doações de alimentos da Conab superaram R\$ 32 milhões. Além disso, dois projetos de ajuda humanitária ao Haiti e Equador coordenados pela ABC ultrapassaram o valor combinado de R\$ 37 milhões. As cinco iniciativas ajudam a interpretar as tendências exibidas no gráfico 12.

GRÁFICO 12

Detalhamento de gastos nas modalidades G, I e J (2021)

(Em R\$)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Na tabela 3, chama atenção o elevado número de horas técnicas computadas no subitem J01 da modalidade de doações em espécie. Com efeito, todas as horas técnicas referem-se ao projeto de apoio brasileiro ao Haiti, coordenado pela ABC. Neste projeto, houve custeio direto para a atuação de 33 profissionais em atividades de assistência humanitária no Haiti, após o terremoto que ocorreu no país em agosto de 2021. Outra tendência é a concentração de diversas atividades no mesmo subitem/modalidade. Conforme será analisado adiante, as iniciativas se referem a internações de estrangeiros de diversas nacionalidades custeadas pelo SUS/Ministério da Saúde.

TABELA 3

Modalidades de cooperação internacional "G – Custos administrativos", "I – Apoio a refugiados, solicitantes e pessoas protegidas", "J – Doações em espécie" (2021)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
G – Custos administrativos	25.840.468,93	8	0,00	0
G01 – Custos administrativos não incluídos em outros lugares	25.840.468,93	8	0,00	0
I – Apoio a refugiados, solicitantes, pessoas protegidas	100.592.643,07	2	0,00	0
I02 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil (além do período de doze meses)	100.053.643,07	1	0,00	0
I03 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas em outros países de asilo	539.000,00	1	0,00	0

(Continua)

(Continuação)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
J – Doações em espécie	124.807.885,18	200	619.977,60	5.016
J01 – Doações em espécie	124.807.885,18	200	619.977,60	5.016
Total geral	251.240.997,19	210	619.977,60	5.016

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

4.1 Divisão de Cooperação Humanitária

A ABC atua em projetos de cooperação humanitária através da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH), conforme as demandas recebidas dos países que solicitam assistência humanitária. Assim, a instituição tem coordenado ações de resposta emergencial de caráter humanitário, por meio de doações de alimentos, medicamentos e outros itens de necessidade para o atendimento a países e populações que se encontrem em situação de desastre socioambiental, de calamidade pública, de conflito armado, de insegurança alimentar e nutricional, ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população.

No campo da cooperação humanitária, a CGCH opera em torno de dois conjuntos de ações: i) coordenação de ações de resposta emergencial de caráter humanitário, inclusive doações de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade; e ii) acompanhamento de iniciativas de cooperação em temas humanitários com os organismos internacionais, assim como junto a outros parceiros governamentais e não governamentais.

A ação humanitária do CGCH conta com a coparticipação de outros ministérios do governo brasileiro. O grupo de trabalho interministerial sobre cooperação humanitária internacional tem por objetivos a coordenação de ações de cooperação humanitária internacional empreendidas pelo Brasil, a apresentação de iniciativas para ampliar a capacidade e a eficácia das ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil, e também a formulação de propostas de atos normativos para viabilizar ações humanitárias internacionais empreendidas pelo país.

Além do papel de coordenação intragovernamental em assuntos de cooperação humanitária internacional, a CGCH acompanha iniciativas sobre esta temática com os seguintes organismos internacionais dos quais o Brasil é membro: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); Programa Mundial de Alimentos (PMA); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM); Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA); Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos para o Oriente Próximo (UNRWA); Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNISDR).

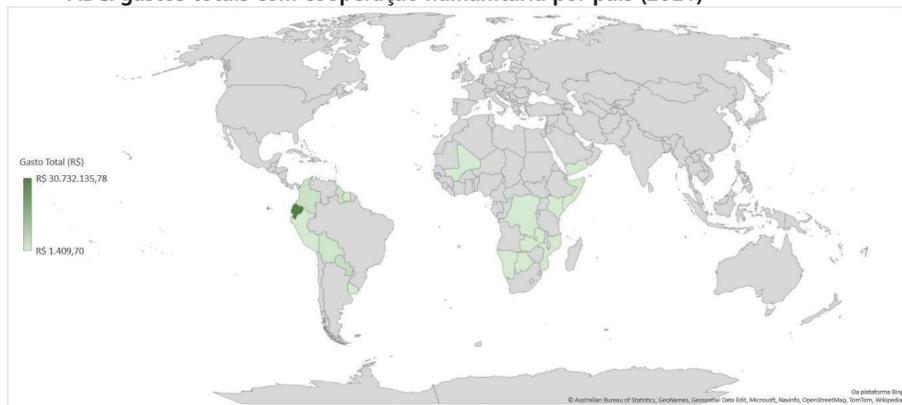
É importante salientar que a atuação do governo federal em doações internacionais de alimentos é resultado de estreita coordenação entre o MRE e a Conab, empresa pública vinculada ao Mapa. Para que a doação possa ocorrer, o Brasil deve receber a solicitação oficial de país parceiro, via postos diplomáticos brasileiros no exterior, ou por meio das embaixadas dos outros países no Brasil. Após o recebimento da demanda, inicia-se a análise de possibilidade de resposta, que será positiva somente se não se colocar em causa o abastecimento nacional de alimentos.

Procedimento similar ocorre em relação às doações de medicamentos e insumos ligados à saúde, que também são realizadas após o envio oficial do pedido pelo país solicitante ao Brasil, pelas vias diplomáticas existentes. Quando o Brasil recebe a demanda, a ABC consulta o Ministério da Saúde do Brasil sobre a possibilidade de concretização da doação, parcial ou integral, além de alinhar com o país solicitante como se dará o processo de transporte dos itens doados.

O Brasil atuou em 71 projetos de cooperação humanitária com 35 países, representando um gasto superior a R\$ 82 milhões (figura 2). Desse total, em 24 projetos, a Divisão de Cooperação Humanitária participou diretamente com contribuições voltadas à ação humanitária, recursos para o combate à covid-19 e transferência de recursos para aquisição de alimentos.

FIGURA 2

ABC: gastos totais com cooperação humanitária por país (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

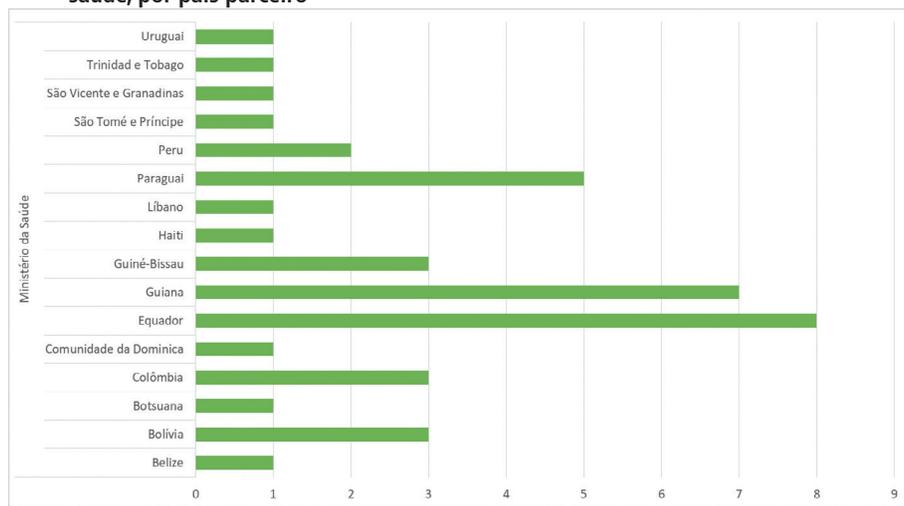
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em coparticipação com a DPU, a CGCH atuou em um projeto voltado ao fortalecimento do setor judiciário no Timor-Leste. Em coparticipação com o Ministério da Saúde, a CGCH atuou em quarenta projetos de cooperação humanitária, com doações de medicamentos, equipamentos e testes para detecção de doenças.

O gráfico 13 ilustra o número de iniciativas em saúde com cada um dos dezesseis países cooperantes no ano de 2021.

GRÁFICO 13

Atuação interministerial sobre cooperação humanitária internacional no setor de saúde, por país parceiro



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

4.2 Companhia Nacional de Abastecimento

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública vinculada ao Mapa que gerencia as políticas agrícolas e de abastecimento, para assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade. A companhia disponibiliza ao governo federal informações técnicas para apoiar na tomada de decisão quanto à elaboração de políticas voltadas à agricultura, por meio de informações detalhadas e atualizadas sobre a produção agropecuária nacional, levantamentos de previsão de safras, custos de produção e armazenagem, posicionamento dos estoques e de indicadores de mercado e estudos técnicos que viabilizam a análise do quadro de oferta e demanda, disponíveis para toda a sociedade.

Ao se analisarem as iniciativas da Conab em cooperação internacional em 2021 com o Líbano e Moçambique, pode-se dizer que a sua atuação ocorre principalmente na modalidade J (doações em espécie). Ambas as iniciativas podem ser classificadas como arranjos de cooperação Sul-Sul.

No caso de Moçambique, a iniciativa contou com recursos financeiros da ABC para custear o envio de arroz via Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). A iniciativa caracteriza-se como uma doação brasileira de caráter humanitário, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional após a passagem dos ciclones Idai e Kenneth, situação ainda agravada com o avanço da pandemia do novo coronavírus naquele ano.

No caso do Líbano, a iniciativa também contou com recursos financeiros da ABC para custear o envio de arroz, com o transporte contratado junto ao UNOPS. A iniciativa também se caracterizou como uma doação brasileira de caráter humanitário, com o intuito de contribuir para a segurança alimentar e nutricional do país. O aporte foi particularmente importante após a explosão no porto da capital libanesa em agosto de 2020, situação que agravou os problemas de insegurança alimentar no contexto da pandemia de covid-19.

4.3 Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do governo federal responsável pela coordenação dos esforços integrados de defesa, contribuindo para a garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira. As ações internacionais do ministério se dão por meio: i) das atuações em missões de paz; ii) de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso da política externa e de defesa; iii) das cooperações internacionais; iv) da participação em fóruns internacionais multilaterais; e v) de parcerias e acordos bilaterais.

Em 2021, o MD implementou uma iniciativa na modalidade de cooperação humanitária internacional, majoritariamente para venezuelanos. Trata-se de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, com gastos na modalidade I (apoio a refugiados, solicitantes, pessoas protegidas, subitem “I02 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de doze meses”), caracterizado com arranjo de cooperação Sul-Sul para ações diversas referentes a: i) diárias de pessoal militar; ii) material de consumo; iii) material, bem ou serviço para distribuição gratuita; iv) passagens e despesas com locomoção; v) serviços de terceiros – pessoa jurídica; vi) serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica; vii) obrigações tributárias e contributivas; e viii) equipamentos e material permanente. Os gastos globais do ministério com as atividades ligadas a este projeto alcançaram mais de R\$ 100 milhões em 2021.

4.4 Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. A função do ministério é garantir a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde. A missão do ministério é formular e implementar políticas públicas de saúde, com base na universalidade, integralidade e equidade.

O Ministério da Saúde atua em cooperação internacional predominantemente em projetos de cooperação Sul-Sul, em parceria com a ABC, e por meio de suas instituições vinculadas, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Fiocruz. O Ministério da Saúde atua nos países da América Latina e do Caribe, países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste.⁶ As informações sobre cooperação internacional no âmbito da saúde se apresentam de forma mais detalhada na seção 2 do capítulo 1 deste livro, uma vez que grande parte dos gastos do Ministério da Saúde na pesquisa Cobradi 2021 estão relacionados a internações de estrangeiros custeadas pelo SUS, via Fundo Nacional de Saúde.

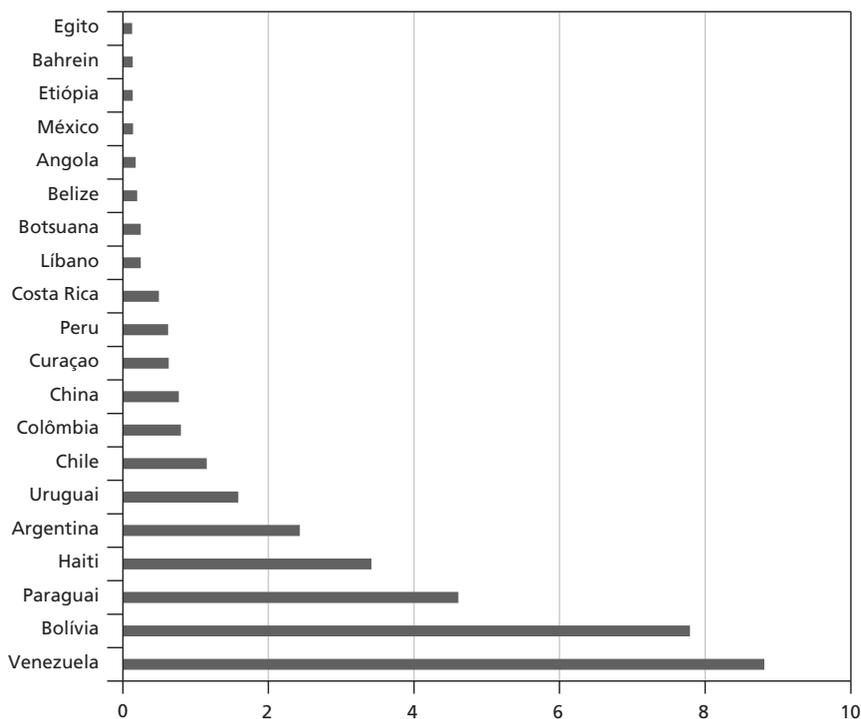
No geral, estimou-se (conforme a seção 2 do capítulo 1 deste livro) que o Ministério da Saúde tenha despendido um valor próximo de R\$ 37 milhões com internações de estrangeiros oriundos de países em desenvolvimento. Deste total, 93% do gasto estimado está concentrado em apenas vinte países, sendo que somente os nacionais da Venezuela representaram quase 24% do total de internações custeadas pelo SUS em 2021. É igualmente importante salientar que certamente as previsões de gastos apresentadas estão subestimadas, pela ausência dos dados sobre atendimentos a estrangeiros constantes nas bases do sistema de informações ambulatoriais do Ministério da Saúde.

5. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/csc/a/xH9n53c93tY5zn5895ZvSXJ/?lang=pt>.

GRÁFICO 14

Ministério da Saúde: gastos com internações hospitalares para estrangeiros de países em desenvolvimento custeadas pelo SUS (2021)

(Em R\$ 1 mil)



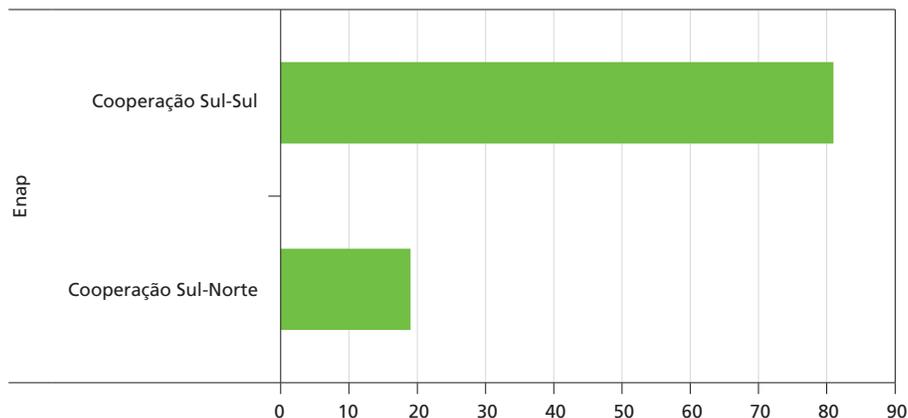
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

5 COOPERAÇÃO EDUCACIONAL (MODALIDADE E)

As tendências de gastos e iniciativas de cooperação educacional brasileiras exibidas no gráfico 15 foram essencialmente determinadas pela atuação internacional de quatro instituições. Primeiramente, o MEC contribuiu com a isenção de matrículas para 1.601 estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), no valor total de quase R\$ 40 milhões, fator que ajuda a explicar grande parte do valor do subitem E01. A seguir, o valor combinado do investimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) ajuda a explicar a totalidade dos gastos do subitem E02. Por fim, os gastos combinados de Capes, Fapesp e CNPq representam igualmente a totalidade dos gastos no subitem E03.

GRÁFICO 15

Detalhamento de gastos na modalidade “E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes” (2021) (Em R\$)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Observando-se a tabela 4, percebe-se que o subitem E04 possui 32 iniciativas associadas. Deste total, 29 são parcerias para mobilidade acadêmica e pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), para as quais a universidade declarou ainda não ser possível estimar os gastos associados. Logo, quase R\$ 4,5 milhões referem-se às atividades de ensino de línguas para estrangeiros no exterior coordenadas pelo MRE. O MRE estima que mais de 27 mil alunos tenham sido beneficiados pelas ações de ensino da língua e cultura portuguesa em 24 países.

TABELA 4

Modalidade de cooperação internacional “E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes” (2021)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes	303.953.056,45	6.497	0,00	0
E01 – Bolsas/treinamento no Brasil	45.557.817,75	1.965	0,00	0
E02 – Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros no Brasil	15.479.270,12	457	0,00	0
E03 – Bolsas/treinamento no exterior	238.439.207,06	4.043	0,00	0
E04 – Outros gastos relacionados a estudantes no exterior	4.476.761,52	32	0,00	0
Total geral	303.953.056,45	6.497	0,00	0

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

5.1 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi fundado em 1951, em virtude da necessidade de se estabelecer uma estrutura central de fomento à pesquisa. Ao longo dos anos, a atuação do órgão se tornou essencial para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e dos pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional. Ligado ao MCTI, o CNPq tem como missão a formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão de suas políticas públicas voltadas à ciência, tecnologia e inovação. Por esse motivo, é delegada ao conselho a responsabilidade de promover a pesquisa científica e tecnológica, bem como a formação de pessoas que irão atuar em pesquisa.

Na cooperação internacional, a atuação do CNPq fica a cargo da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional. A cooperação do CNPq é empreendida por meio do apoio à mobilidade de pesquisadores no desenvolvimento conjunto de pesquisas, à capacitação em alto nível de pesquisadores, além da participação em organismos internacionais. Diante disso, a cooperação científica e tecnológica internacional promovida pelo CNPq atua em duas frentes: i) na formação e capacitação de brasileiros no exterior; e ii) na formação de estrangeiros no Brasil.

No primeiro caso, a concessão de bolsas para brasileiros no exterior ocorre, em sua maioria, no âmbito da cooperação Norte-Sul. Atualmente, essas bolsas se aplicam exclusivamente aos convênios Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – Daad (Alemanha), Centre d'Études Supérieures des Matières Premières – Cesmat (França), Institute of Advanced Studies – IAS (França) e ao Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha). Outras oportunidades foram concedidas por meio de chamadas do Programa Ciência sem Fronteiras e pelo calendário do CNPq. Por sua vez, no segundo caso, as oportunidades oferecidas pela Coordenação-Geral de Cooperação Internacional para estrangeiros, em sua maioria, ocorrem no âmbito da cooperação Sul-Sul e abrangem bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. As duas primeiras modalidades de bolsas são incumbidas ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e o convênio com a The World Academy of Sciences (TWAS).

Também existem acordos de cooperação internacional em que o CNPq atua com outras agências. Esses acordos vão desde a participação em comissões mistas, acompanhamento de delegações estrangeiras e missões exploratórias, até o assessoramento à Presidência do CNPq e ao MCTI em questões relativas à cooperação internacional. Em 2021, na modalidade E, o CNPq foi responsável pelo total de 190 bolsas diversas, conforme detalhado na tabela 5.

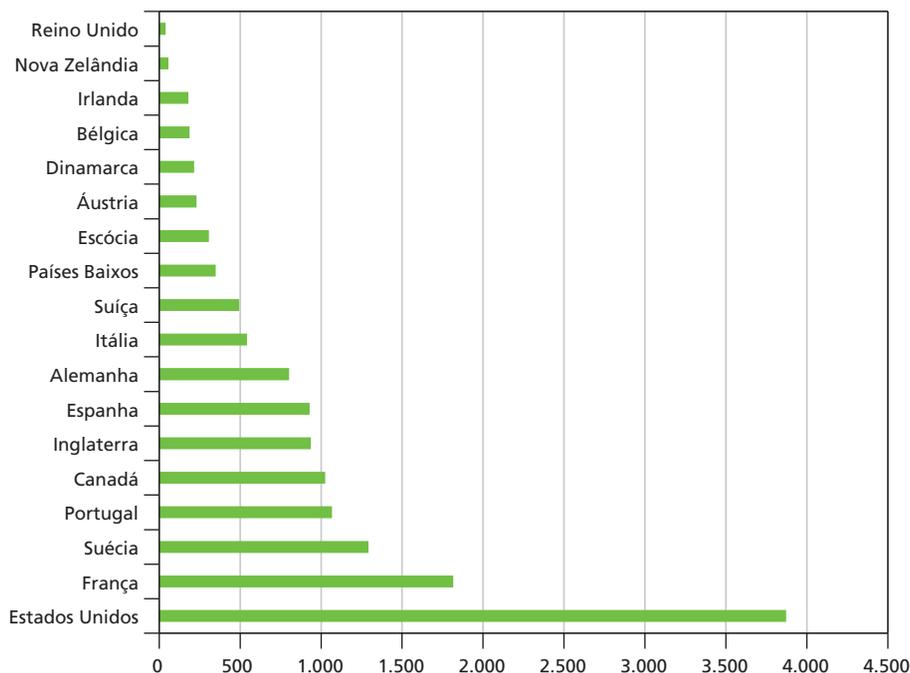
TABELA 5
CNPq: iniciativas por arranjos de cooperação internacional

Arranjo de cooperação	Número de iniciativas totais	Doutorado	Mestrado	Graduação	Ensino médio e técnico
Cooperação Sul-Norte	178	145	25	8	-
Cooperação Sul-Sul	12	5	1	2	4

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
 Elaboração dos autores.

A atuação do CNPq na cooperação Sul-Norte corresponde a 94% dos projetos em 2021. Do total, 81% das iniciativas foram direcionadas a programas de doutorado completo e/ou bolsas de pesquisa para brasileiros matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* em universidades estrangeiras. O apoio a pesquisadores e estudantes brasileiros alcança dezoito países desenvolvidos. Em sua maioria, os apoios são para bolsas e programas de doutorado, representando 145 entre as 178 iniciativas implementadas em 2021. Entre os países parceiros, os Estados Unidos despontam com o maior volume de gastos, conforme o gráfico 16.

GRÁFICO 16
CNPq: iniciativas no arranjo de cooperação Sul-Norte
 (Em R\$)

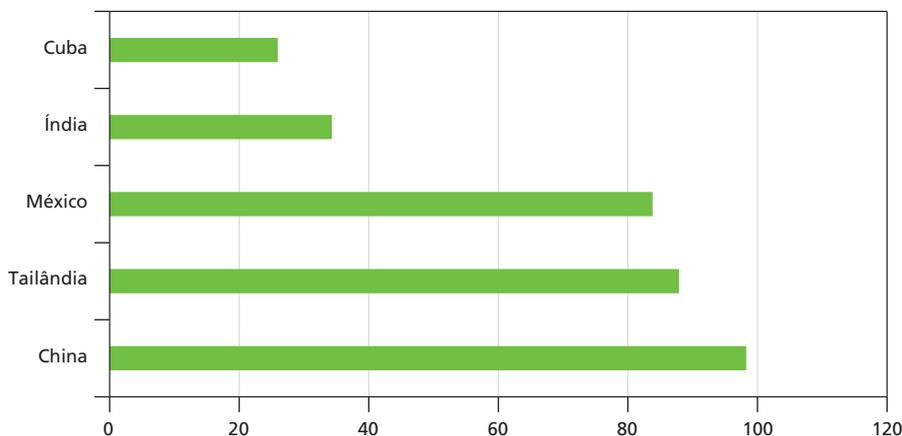


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
 Elaboração dos autores.

De acordo com a tabela 5, o gasto do CNPq no âmbito da cooperação Sul-Sul corresponde a 6% do total de 2021, ou o equivalente a R\$ 330 mil. Deste total, 42% foram direcionados a programas de doutorado completo e/ou bolsas de pesquisa para brasileiros matriculados em um curso de pós-graduação *stricto sensu* em universidades estrangeiras. Destacam-se, na cooperação Sul-Sul, projetos que abarcam ensino médio e técnico, correspondendo a 33% das parcerias. Em termos de recursos, a China foi o principal parceiro em 2021. Quanto ao número de iniciativas, a Índia desponta como o principal parceiro, com oito entre as doze iniciativas.

GRÁFICO 17

CNPq: iniciativas no arranjo de cooperação Sul-Sul
(Em R\$)



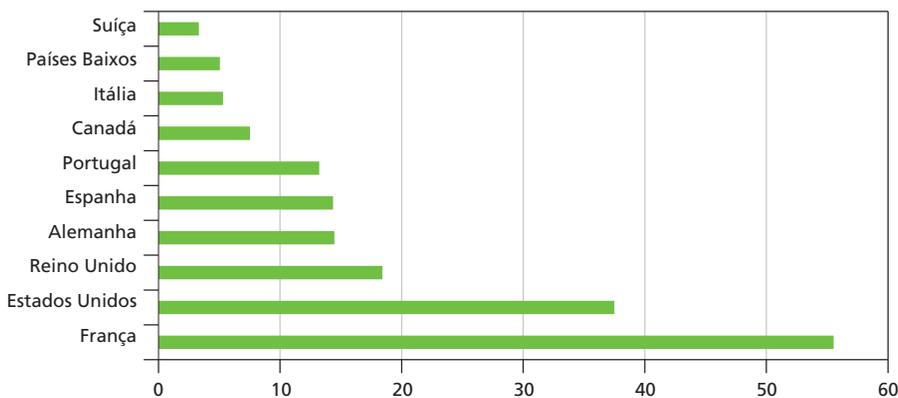
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

5.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma instituição ligada ao MEC, e tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. As atividades da Capes podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: i) avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; ii) acesso e divulgação da produção científica; iii) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior; iv) promoção da cooperação científica internacional; e v) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A Capes tem sido peça fundamental na articulação e consolidação do sistema nacional de pós-graduação, com ações que fortalecem tanto a internacionalização do ensino superior brasileiro quanto a qualidade dos programas de pós-graduação

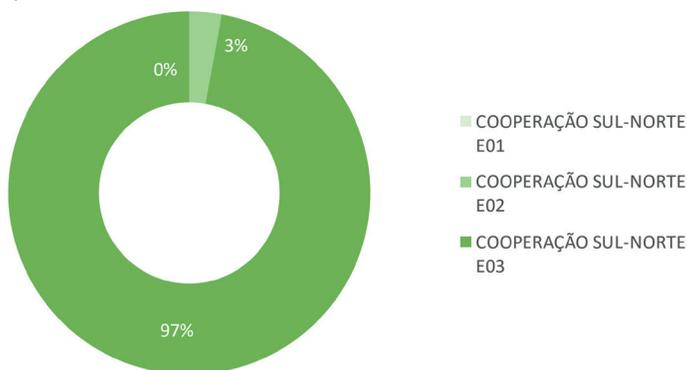
GRÁFICO 18

Capes: gastos com cooperação Sul-Norte por país – top 10 (2021)
(Em R\$ 1 mil)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Em termos absolutos, o gasto da Capes com cooperação Sul-Norte em 2021 ultrapassou R\$ 189 milhões, sendo R\$ 184 milhões no subitem E03 e R\$ 5 milhões no subitem E02 (bolsas pagas a estrangeiros no Brasil). O subitem E02 no arranjo Sul-Norte indica o apoio da Capes para a mobilidade de professores visitantes, pesquisadores de pós-doutorado e jovens pesquisadores de países desenvolvidos para o Brasil. O gráfico 19 ilustra os gastos da Capes com a cooperação Sul-Norte.

GRÁFICO 19

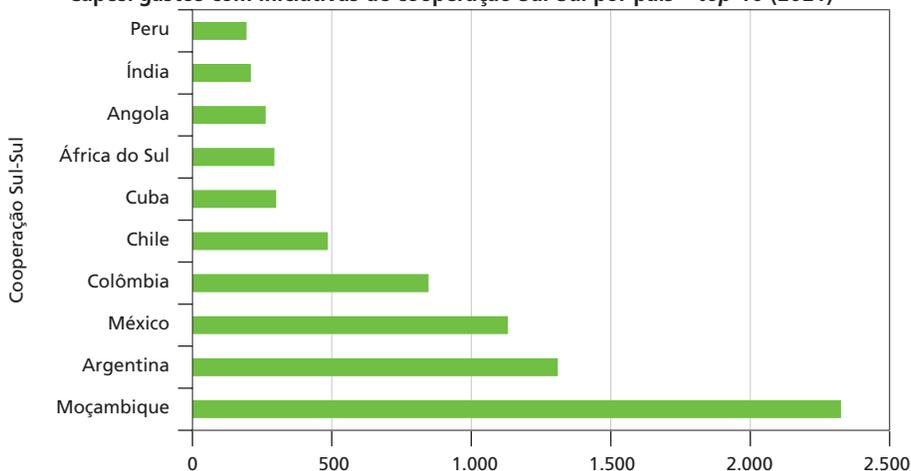
Capes: gastos em cooperação Sul-Norte, por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)
(Em %)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No arranjo de cooperação Sul-Sul, a Capes forneceu apoio financeiro a 311 pesquisadores e estudantes em 2021. Apenas Moçambique, Argentina e México concentraram 56% do total de gastos nesta modalidade de cooperação naquele ano, alcançando um valor absoluto de mais de R\$ 4,4 milhões. No total, a Capes ofereceu apoio à mobilidade a 32 países em desenvolvimento em 2021. As modalidades de doutorado e doutorado sanduíche foram as mais prevalentes, e representaram mais de 77% do total de apoios concedidos em 2021. O gráfico 20 apresenta os dez principais países em que se concentram os maiores gastos da Capes.

GRÁFICO 20

Capes: gastos com iniciativas de cooperação Sul-Sul por país – top 10 (2021)

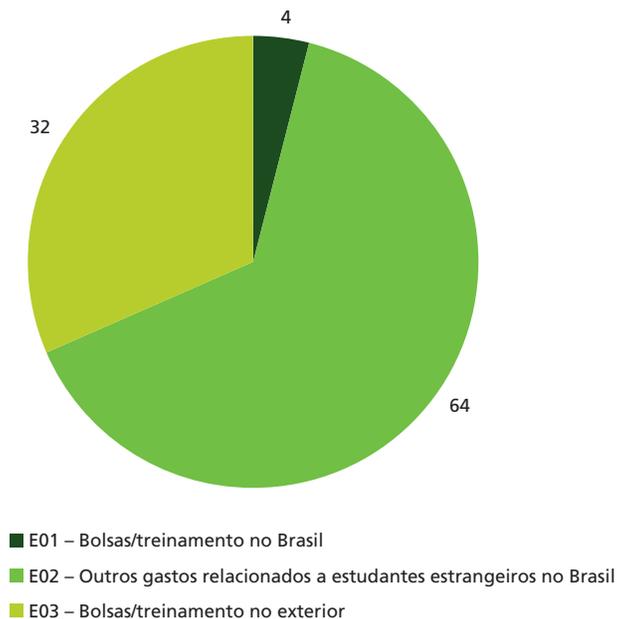
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Nesse caso, o subitem E02 (bolsas pagas a estrangeiros no Brasil) contém 249 auxílios a estrangeiros de países em desenvolvimento que estudaram em instituições de ensino superior (IES) brasileiras em 2021. Por seu turno, o subitem E03 (bolsas pagas no exterior a brasileiros) representa auxílios diversos pagos a brasileiros em países em desenvolvimento, sendo o apoio a programas de doutorado e professor visitante os mais frequentes em 2021. O gráfico 21 ilustra a proporção entre os dois subitens.

GRÁFICO 21

Capex: gastos em cooperação Sul-Sul, por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)

(Em %)

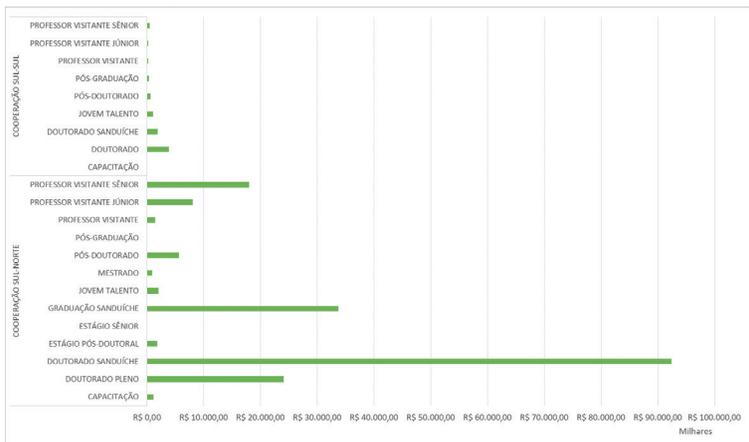


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Essencialmente caracterizadas como bolsas e auxílios internacionais, as iniciativas da Capes compreendem treze categorias. As bolsas para doutorado sanduíche para países desenvolvidos representam cerca de 47% dos projetos patrocinados pela instituição em 2021. A graduação sanduíche para países desenvolvidos também representou percentual relevante do total de gastos, alcançando mais de 17% do total. No caso das bolsas e auxílios concedidos para países em desenvolvimento, o tipo de auxílio mais relevante em termos de gastos em 2021 foi o de doutorado, representando 1,95% do total gasto pela Capes. O gráfico 22 apresenta a distribuição dos gastos da Capes em 2021, por tipo de auxílio e arranjo de cooperação internacional.

GRÁFICO 22

Capes: características das bolsas e auxílios concedidos, por arranjo de cooperação internacional (2021)
(Em R\$)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

5.3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) é uma instituição pública do Estado de São Paulo, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A fundação é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, caracterizando-se como uma das principais fundações de amparo à pesquisa (FAPs) entre as UFs brasileiras. Como será discutido no quarto capítulo deste livro, o número de artigos em 2021 que creditam a Fapesp como instituição de apoio é menor apenas que aqueles creditados à Capes e ao CNPq.

A Fapesp apoia a pesquisa científica e tecnológica por meio de bolsas e auxílios à pesquisa que contemplam todas as áreas do conhecimento. As bolsas se destinam a estudantes de graduação e pós-graduação, e os auxílios, a pesquisadores com titulação mínima de doutor, vinculados a instituições de ensino superior e de pesquisa do estado de São Paulo. O ano de 2021 representa efetivamente a primeira contribuição da Fapesp na história da pesquisa Cobradi. As análises das edições anteriores se concentraram essencialmente nos dados da Capes e do CNPq.

No terreno da cooperação educacional, os dados fornecidos pela Fapesp revelam um conjunto de 1.355 bolsas e auxílios em 2021. Deste total, cerca de 52% (705 auxílios) representam bolsas no exterior para pesquisadores brasileiros, seguidos de 0,59% de bolsas e auxílios para estrangeiros no Brasil, em sua maioria professores visitantes. Quase 16,9% dos recursos despendidos pela Fapesp se referiam a atividades de apoio à pesquisa, divididos entre apoio geral (K01) e

bolsas a pesquisadores. As características das iniciativas da Fapesp na modalidade K (pesquisa e desenvolvimento) serão tratadas na próxima seção deste capítulo. O gráfico 23 apresenta as características gerais dos gastos da Fapesp em 2021.

GRÁFICO 23

Fapesp: iniciativas por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021) (Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Observando-se os auxílios e bolsas implementados pela Fapesp em 2021, constata-se que houve predominância quase absoluta do arranjo de cooperação Sul-Norte (98,04%) em relação às iniciativas de cooperação Sul-Sul (1,96%). Na cooperação Sul-Norte, o subitem E03 (bolsas pagas no exterior a brasileiros) representou 97,05% do total gasto pela Fapesp. No tocante à cooperação Sul-Sul, as principais atividades foram relacionadas à concessão de bolsas a brasileiros em países em desenvolvimento (E03). O gráfico 24 ilustra os gastos por arranjo e subitem de cooperação internacional da Fapesp em 2021.

GRÁFICO 24

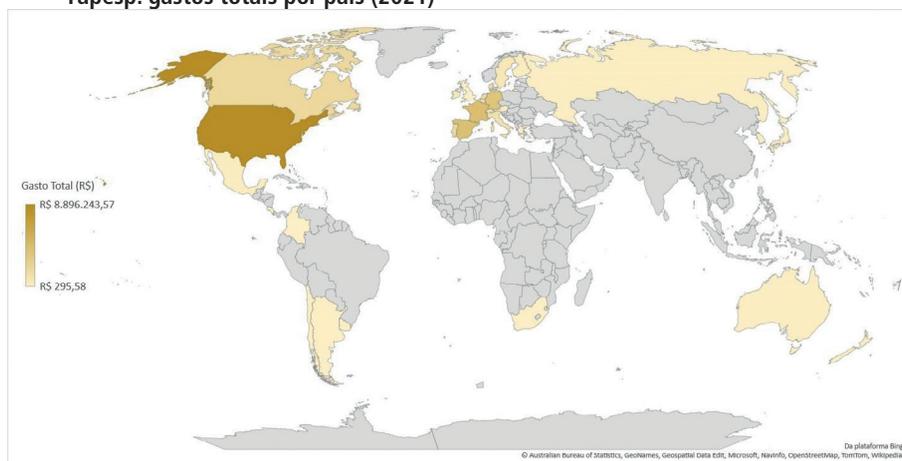
Fapesp: iniciativas por arranjo e subitem de cooperação internacional (2021) (Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Analisando-se os principais países relacionados às atividades de mobilidade e apoio à pesquisa da Fapesp em 2021, o gasto total de R\$ 37,5 milhões foi altamente concentrado em apenas quatro países. Os Estados Unidos figuram no topo da lista, com quase um quarto dos gastos, sendo o principal parceiro financiado pela Fapesp em 2021. Em segundo, terceiro e quarto lugares estão Inglaterra, França e Espanha, concentrando aproximadamente 11% dos gastos cada. A combinação dos gastos nos quatro países representou um total de R\$ 21,3 milhões, ou 57% do total de gastos da Fapesp no ano em análise. A figura 4 fornece uma representação visual dos 34 países com os quais a Fapesp apoiou iniciativas em 2021.

FIGURA 4
Fapesp: gastos totais por país (2021)



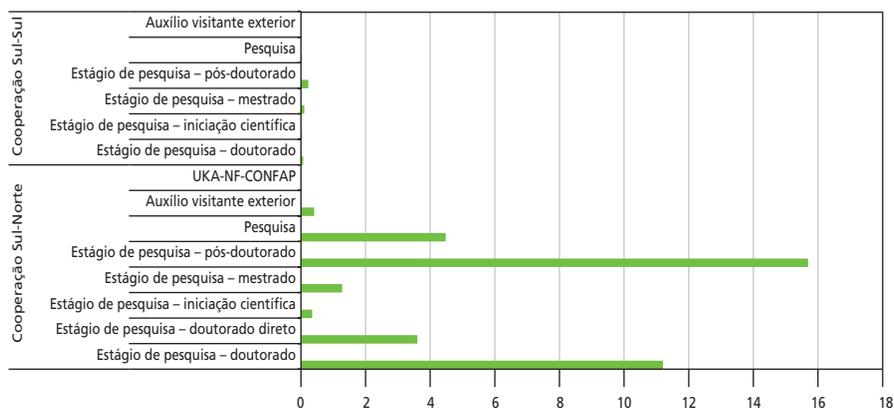
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por fim, é importante discutir mais detalhadamente os auxílios e bolsas da Fapesp em 2021. Como já comentado, a maior fatia do gasto foi concentrada nas atividades de cooperação Sul-Norte. As atividades mais representativas dos gastos na modalidade Sul-Norte foram o apoio a estágios de pesquisa de doutorado (29,88%) e pós-doutorado (41,85%). Combinados, os dois tipos de apoio aos estudantes representaram 71,7% do gasto total da Fapesp em 2021. A cooperação Sul-Sul representou apenas 1,26% do total de gastos em 2021, sendo o apoio a estágios pós-doutorais em países em desenvolvimento a categoria mais relevante. O gráfico 25 apresenta os tipos de auxílio implementados pela Fapesp, por arranjo de cooperação internacional.

GRÁFICO 25

Fapesp: tipos de auxílio e bolsas, por arranjo de cooperação internacional (2021)
(Em R\$ 1 mil)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: UKA-NF-Confap – The UK Academies-Newton Fund-Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

5.4 Ministério da Educação

O Ministério da Educação (MEC) é uma instituição da administração federal direta, que tem a política nacional de educação como sua área de competência. A política educacional brasileira é ampla e compreende a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, a educação especial e a educação a distância. Cabe também ao MEC a avaliação, a produção de informação e pesquisa educacionais, a pesquisa e a extensão universitárias, o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Como um programa especializado relacionado à educação superior, o PEC-G foi desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com IES. O PEC-G consiste em um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional com países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes, sendo caracterizado pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e o seu retorno ao país de origem, ao final do curso. As vagas nos cursos de graduação são totalmente gratuitas, não havendo qualquer restrição quanto à natureza das IES brasileiras para participação no programa.

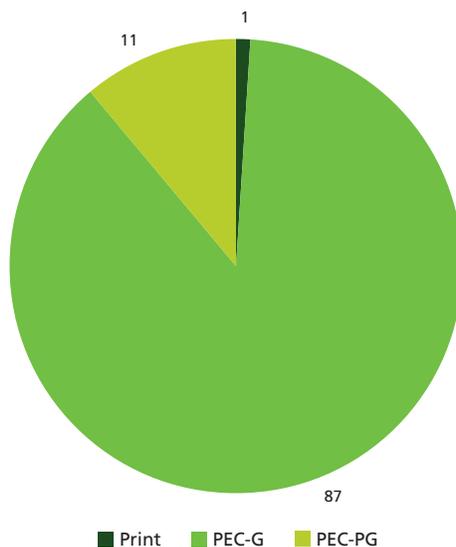
O capítulo 1, em sua seção 3, trata com detalhes as informações relacionadas ao PEC-G e às nacionalidades dos estrangeiros bolsistas no Brasil. Para o ano de 2021, como já comentado naquela seção, foram selecionados 171 novos estudantes

estrangeiros de países em desenvolvimento. Considerando-se os estudantes que se graduaram até o final de 2021, a estimativa total de matrículas de graduação do PEC-G em IES brasileiras alcançou 1.601 estudantes em 2021.

No geral, todos os valores aportados pelo MEC se referem à isenção de taxas de matrícula e permanência dos estudantes do PEC-G, do PEC-PG e do Programa Institucional de Internacionalização (Print). O órgão diretamente responsável pelo PEC-G é o MEC, sendo as IES brasileiras os canais de implementação. Além do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae), que também é gerenciado pelo MEC, o MRE concede bolsas mérito aos estudantes do PEC-G. A pesquisa Cobradi 2021 não recebeu os valores e números por parte do MEC no que diz respeito aos gastos com o Promisae. As bolsas mérito são discutidas neste capítulo, na subseção referente ao MRE. Nos casos do PEC-PG e do Print, a Capes é responsável pelo custeio das bolsas e auxílios, sendo as IES responsáveis pela implementação das vagas. O gráfico 26 ilustra os percentuais de gastos com isenção de matrícula para os estudantes vinculados aos três programas mencionados.

GRÁFICO 26

MEC: distribuição dos gastos com isenção de matrícula em IES brasileiras (2021)
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Em 2021, o conjunto de estudantes participantes dos três programas representou um gasto de quase R\$ 40 milhões em isenções de matrículas. Além dos 1.601 estudantes do PEC-G, também foram beneficiados 195 estudantes do PEC-PG e 21 ligados ao Print, representando um total de 1.817 estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento. Em termos de nacionalidade, o Brasil contribuiu com a formação em nível superior de nacionais de 54 países em desenvolvimento. A figura 5 apresenta com mais detalhes os países de origem dos estudantes beneficiados pela isenção de matrícula oferecida pelo sistema de ensino superior do Brasil em 2021.

FIGURA 5
MEC: países de origem dos estudantes estrangeiros no Brasil (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

5.5 Ministério de Relações Exteriores

O Ministério de Relações Exteriores (MRE) é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil nos planos bilateral, regional e multilateral. Assessora o presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com Estados e organismos internacionais.

A cooperação internacional do MRE é dividida em cinco áreas. Conforme comentado e analisado nas seções anteriores, à ABC competem os temas de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do país para o exterior e do exterior para o país, sob os formatos bilateral, trilateral e multilateral. Na cooperação esportiva, a Coordenação-Geral de Turismo e Esporte é a área responsável. O Brasil assinou memorandos de cooperação esportiva com mais de setenta países, e o tema é cada vez mais presente no âmbito multilateral.

No campo da cooperação educacional, as ações do MRE são realizadas por meio da Divisão de Cooperação Educacional (DCE), responsável pela difusão da língua portuguesa falada no Brasil, e pela coordenação da gestão da Rede Brasil Cultural, formada por centros culturais brasileiros, núcleos de estudos brasileiros e leitorados. A unidade responde também pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como UNESCO, Mercosul, União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Organização dos Estados Americanos (OEA), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). A atuação se dá na divulgação de oportunidades de emprego e bolsas de estudos oferecidas a brasileiros; tratamento de questões gerais relacionadas à cooperação educacional oferecida pelo Brasil; coordenação, em conjunto com o MEC, do PEC-G; coordenação, em conjunto com o MEC e com o MCTI, do PEC-PG; tratamento de assuntos relativos à cooperação educacional recebida pelo Brasil de outros países, agências estrangeiras ou organizações internacionais; participação na negociação de acordos e programas sobre cooperação educacional no plano internacional.

Em 2021, a DCE/MRE coordenou a concessão de 2.226 bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil, como pode ser observado no quadro 6. Todas as bolsas concedidas foram destinadas a nacionais de países em desenvolvimento.

QUADRO 6

Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros, por país

Regiões	Países	Projetos	Número de bolsas
África	África do Sul	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
	Angola		50
	Argélia		6
	Benim		288
	Cabo Verde		626
	Camarões		18
	Costa do Marfim		18
	Gabão		60
	Gana		144
	Guiné-Bissau		162
	Guiné Equatorial		42
	Mali		6
	Marrocos		6
	Namíbia		12
	Nigéria		12
	Congo (Kinshasa)		98
Senegal	24		
São Tomé e Príncipe	48		
Togo	6		

(Continua)

(Continuação)

Regiões	Países	Projetos	Número de bolsas
América Latina e Caribe	Barbados	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	12
	Bolívia		30
	Chile		6
	Colômbia		60
	Cuba		40
	El Salvador		12
	Equador		8
	Guatemala		12
	Guiana		6
	Haiti		48
	Honduras		90
	Jamaica		72
Paraguai	72		
Peru	90		
Venezuela	18		
Oriente Médio	Irã	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
Ásia Central e Ásia-Pacífico	Paquistão	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
	Timor-Leste		6

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Outra iniciativa importante no domínio da educação e cultura foi empreendida pela DCE/MRE e consistiu na oferta de cursos de português para estrangeiros, totalizando 182 cursos de português ministrados, 100 pesquisas e orientações em língua portuguesa e 140 atividades de extensão. Como os cursos e capacitações foram realizados em centros de cultura do Brasil em diversos países, as mais de 27 mil capacitações totais alcançaram nacionais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, conforme o quadro 7.

QUADRO 7

Cursos de português para estrangeiros fora do Brasil

Regiões	Países	Projetos
América do Sul	Argentina Bolívia Chile Paraguai Uruguai	Cursos de português
Américas	Estados Unidos	Cursos de português
África	África do Sul Angola Cabo Verde Guiné-Bissau Moçambique São Tomé e Príncipe	Cursos de português

(Continua)

(Continuação)

Regiões	Países	Projetos
Europa	Espanha França Hungria Itália Reino Unido Rússia	Cursos de português
Ásia Central e Ásia-Pacífico	Timor-Leste Índia Coreia do Sul Japão China	Cursos de português

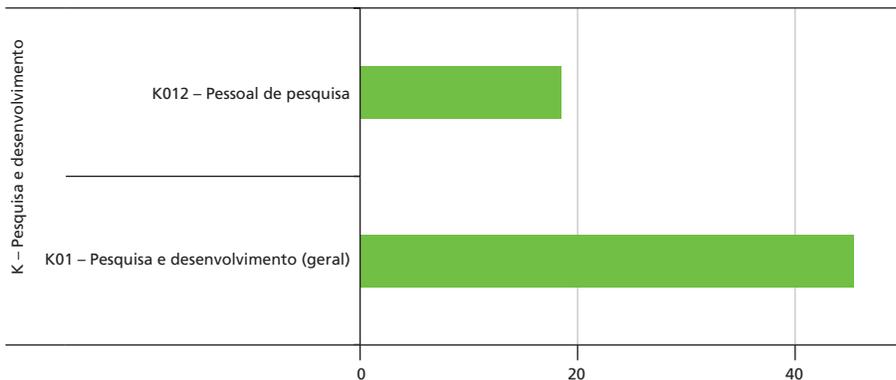
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

6 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (MODALIDADE K)

Representando uma nova modalidade de cooperação internacional oriunda da nova metodologia da pesquisa Cobradi, a categoria pesquisa e desenvolvimento (K) já contou em 2021 com contribuições de três instituições públicas, cuja participação era inédita na Cobradi: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e Fapesp. No total, as três instituições aportaram cerca de R\$ 58 milhões em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), em 666 iniciativas de cooperação internacional. Conforme ilustra o gráfico 27, os gastos gerais com P&D (subitem K01) representaram 71% do gasto total na modalidade de cooperação internacional.

GRÁFICO 27

Detalhamento de gastos na modalidade “K – Pesquisa e desenvolvimento” (2021)
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

No que tange à desagregação dos dados por arranjo de cooperação internacional, mais de 96,5% das iniciativas estão relacionadas ao arranjo de cooperação Sul-Norte. Em termos absolutos, a cooperação Sul-Norte representou 701 iniciativas, com gasto total de R\$ 61,5 milhões. As iniciativas de cooperação Sul-Sul constituíram apenas 59 iniciativas, a um custo R\$ 2,2 milhões. A tabela 6 especifica melhor os valores e iniciativas, por modalidade e subitem de cooperação internacional.

TABELA 6
Modalidade de cooperação internacional “K – Pesquisa e desenvolvimento” (2021)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
K – Pesquisa e desenvolvimento	63.914.044,56	761	629.999,52	54
K01 – Pesquisa e desenvolvimento (geral)	45.452.857,66	291	55.372,80	1
K012 – Pessoal de pesquisa	18.461.186,90	470	574.626,72	53
Total geral	63.914.044,56	761	629.999,52	54

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

6.1 Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais

O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) é uma organização social supervisionada pelo MCTI. Possui quatro laboratórios de referência mundiais e abertos à comunidade científica e empresarial, a saber: i) Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); ii) Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); iii) Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR); e iv) Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano). Os laboratórios têm seus próprios projetos de pesquisa e também participam dos projetos coordenados pelo CNPEM. O centro está organizado em quatro eixos de atuação: i) instalações abertas a usuários externos; ii) pesquisa e desenvolvimento *in-house*; iii) apoio à geração de inovação; e iv) treinamento, educação e extensão.

A atuação internacional do CNPEM se efetiva em projetos com instituições internacionais e compartilhamento de laboratórios e infraestrutura. O CNPEM realizou três projetos de cooperação internacional em 2021, sendo dois de arranjo de cooperação Sul-Norte e um de arranjo de cooperação Sul-Sul. O primeiro projeto é de cooperação entre o Max-Planck Institute for Chemical Physics of Solids (MPI-CPFS), da Alemanha, e o grupo científico da linha de luz EMA (*extreme condition methods of analysis*) do CNPEM, parceria que viabiliza a realização de parte das pesquisas dos pós-doutorandos e estudantes do CNPEM na MPI-CPFS; em contrapartida, os pesquisadores da MPI-CPFS terão acesso às possibilidades do acelerador de partículas de 4ª geração (Sirius).

O segundo projeto é de colaboração com a European Organization for Nuclear Research (CERN), para o desenvolvimento de pesquisas e compartilhamento de recursos em qualquer área de interesse mútuo, em especial nas tecnologias aplicadas à física de aceleradores, ímãs e materiais supercondutores. Finalmente, o terceiro projeto de cooperação internacional, entre o CNPEM e a King Abdullah University of Science and Technology (Kaust), na Arábia Saudita, prevê a utilização do Sirius na aplicação de métodos *in situ* para a obtenção de imagens 3D de poros de membranas poliméricas. Trata-se de arranjo de cooperação Sul-Sul.

6.2 Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

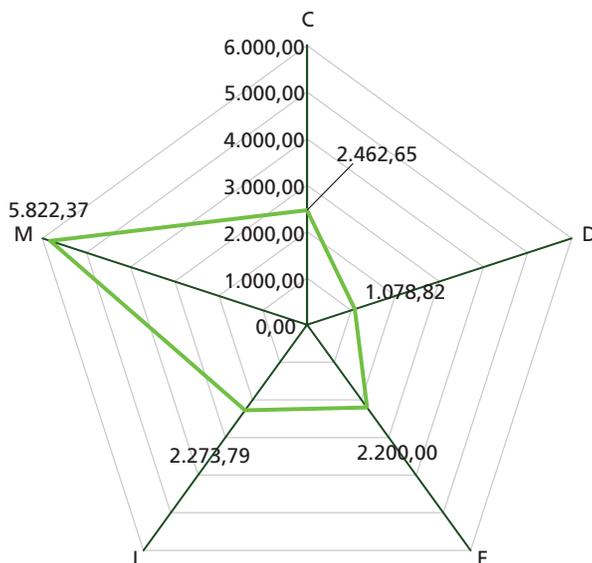
A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) é uma organização social que desde 2013 apoia instituições de pesquisa tecnológica, fomentando a inovação na indústria brasileira. A Embrapii atua por meio de contrato de gestão com o MCTI, e tem o MEC como instituição interveniente, compartilhando igualmente a responsabilidade pelo seu financiamento. A Embrapii atua por meio da cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, tendo como foco as demandas empresariais e como alvo o compartilhamento de risco na fase pré-competitiva da inovação. Ao compartilhar riscos de projetos com as empresas, estimula o setor industrial a inovar mais e com maior intensidade tecnológica para que, assim, se potencialize a competitividade das empresas, tanto no mercado interno como no mercado internacional.

A atuação internacional da Embrapii se dá pela celebração de parcerias internacionais no desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação da indústria brasileira com empresas estrangeiras, apoio na promoção da internacionalização de empresas e compartilhamento de conhecimento entre os países por meio da inovação industrial. A organização possui acordos com a União Europeia, Israel, República Tcheca, Alemanha, Suíça, Suécia, Estados Unidos e Reino Unido.

Em 2021, a Embrapii realizou quatorze iniciativas de cooperação internacional na área de P&D com Suécia, Suíça, Canadá, Israel e grupos de países europeus. Todas as parcerias são caracterizadas como arranjos de cooperação Sul-Norte em pesquisa e desenvolvimento. O gasto total da Embrapii com as iniciativas alcançou aproximadamente R\$ 14 milhões. O maior volume de gastos da Embrapii está relacionado ao setor econômico vinculado a atividades científicas, técnicas e de pesquisa, que representou 42%, ou R\$ 5,8 milhões. O gráfico 28 ilustra o gasto da Embrapii em projetos internacionais de P&D, desagregado pelo setor econômico equivalente.

GRÁFICO 28

Embrapii: gastos totais, por setor econômico ISIC (2021)
(Em R\$)



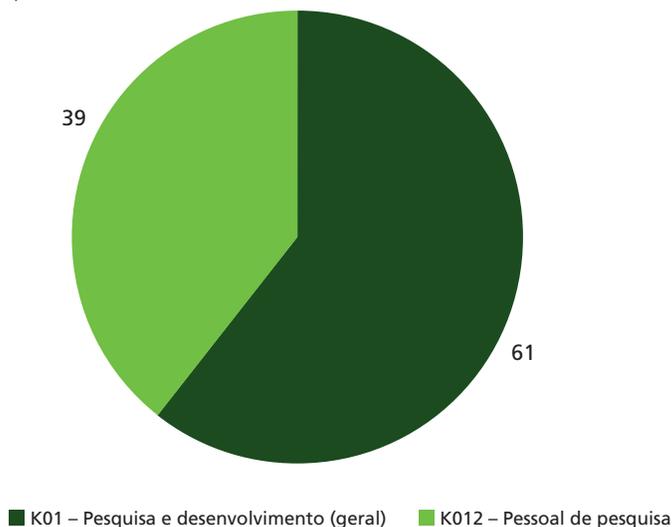
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

6.3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Além da grande contribuição à mobilidade de estudantes, pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros comentada na subseção 5.3 deste capítulo, a Fapesp aportou volume considerável de recursos para possibilitar a participação de cientistas brasileiros em redes internacionais de pesquisa. No total, gastou R\$ 43,3 milhões para o custeio de 642 iniciativas. Cerca de 40% do valor foi gasto diretamente com apoio a pesquisadores, sendo o percentual remanescente distribuído em diversas atividades de apoio a pesquisa e desenvolvimento. O gráfico 29 apresenta a divisão dos gastos, por modalidade e subitem de cooperação internacional.

GRÁFICO 29

Fapesp: gastos totais, por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)
(Em %)

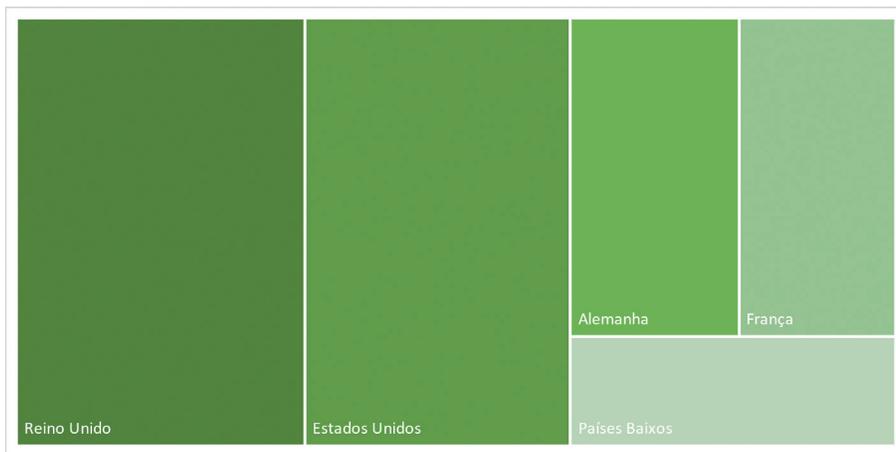


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.
Elaboração dos autores.

Uma vez que os cinco primeiros países parceiros representam quase três quartos do gasto da Fapesp na modalidade K em 2021, faz sentido apresentá-los mais detalhadamente. O Reino Unido figura como principal parceiro em termos de P&D, com gastos da ordem de R\$ 16,45 milhões, ou 38% do gasto total da Fapesp com P&D em 2021. Na sequência, aparecem os Estados Unidos, com cerca de R\$ 6,3 milhões, seguidos por Alemanha, com quase R\$ 4,0 milhões, e Países Baixos, com R\$ 3,2 milhões. Em quinto lugar, figura a França, com aproximadamente R\$ 2,6 milhões. O gráfico 30 apresenta a imagem completa dos cinco principais parceiros da Fapesp em 2021 na modalidade K.

GRÁFICO 30

Fapesp: gastos totais, por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

REFERÊNCIA

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT)**: manual de orientação. 2. ed. Brasília: ABC, 2004.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: MRE; ABC, 2013.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cotton-4 + Togo**: uma parceria de sucesso. Brasília: ABC, 2016.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

ACHCAR, H. de M. South-South cooperation and the re-politicization of development in health. **World Development**, v. 149, p. 1-12, 2022.

BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR; MJ, 2010.

CASTIONI, R. *et al.* **Universidades federais na pandemia de covid-19**: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino? Brasília: Ipea, mar. 2021. (Texto para Discussão, n. 2637).

CASTRO, M. C. *et al.* Reduction in life expectancy in Brazil after covid-19. **Nature Medicine**, v. 27, p. 1629-1635, 2021.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 2684).

DUARTE, N. de A.; ESCRIVÃO JUNIOR, A.; SIQUEIRA, S. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-376, 2013.

FERREIRA, K. L.; SCHREIBER, D.; PUFFAL, D. P. Análise reflexiva do turismo em saúde à luz da inovação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 2, p. 254-273, 2016.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S251-S266, 2007.

GÓES, G. S. *et al.* O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de covid-19 nos seus fluxos e estoques – janeiro de 2022. **Carta de Conjuntura**, n. 54, nota 7, jan.-mar. 2022.

KNIGHT, J. **Internationalization**: elements and checkpoints. Ottawa: CBIE, 1994. (CBIE Research, n. 7).

KNIGHT, J. Updated definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, p. 2-3, 2003.

KNIGHT, J. Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education. *In*: DEARDORFF, D. K. *et al.* (Ed.). **The SAGE handbook of international higher education**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2012. p. 27-42.

KNIGHT, J. Is internationalisation of higher education having an identity crisis? *In*: MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSETT, R. M. (Ed.). **The forefront of international higher education**: a Festschrift in honor of Philip G. Altbach. Dordrecht: Springer, 2014. p. 75-87. (Higher Education Dynamics, v. 42).

LAMEIRAS, M. A. P.; CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho – junho de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 51, nota 32, abr.-jun. 2021.

LIMA, J. A. dos S. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 23, p. 73-99, maio-ago. 2017.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, ago. 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 88).

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022.

OECD ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **International migration outlook 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/30fe16d2-en>.

RABIU, A. T. *et al.* Dengue and covid-19: a double burden to Brazil. **Journal of Medical Virology**, v. 93, n. 7, p. 4092-4093, 2021.

ROCHA, E.; RESENDE, V. A pandemia de covid-19 na vida de crianças e adolescentes: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas – nota de política social 1. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 519-538, 2022.

SÁ, E. B. de. *et al.* Saúde. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 111-166, 2022.

SALDANHA, R. de F.; BASTOS, R. R.; BARCELLOS, C. *Microdatasus*: pacote para *download* e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (Datusus). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 9, p. 1-9, 2019.

SANTOS, M. *et al.* International trade and health care in Brazil: an unpredicted tale threatening health care entitlement? **International Journal of Health Services**, Los Angeles, v. 49, n. 2, p. 343-359, 2019.

SCHLEICHER, R.; BARROS, P. Medindo o gasto externo brasileiro para a implementação da Agenda 2030: o novo Cobradi 2021-2024. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 33, p. 139-160, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11572>.

SOLOMON, A. *et al.* (Ed.). **Impact of the covid-19 pandemic on seven neglected tropical diseases: a model-based analysis**. Genebra: WHO, 2021.

SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. *et al.* Visão geral da conjuntura – dezembro de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 53, nota 27, out.-dez. 2021.

SOUZA, P. H. G. F. de. A pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 37-44, mar. 2021.

SUGUIMOTO, S. P. *et al.* Latin American immigrants have limited access to health insurance in Japan: a cross sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, p. 1-9, 2012.

UNESCOUNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global education monitoring report, 2019**: migration, displacement and education – building bridges, not walls. Paris: UNESCO, 2018.

UNESCOUNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Science Report**: the race against time for smarter development. Paris: UNESCO, 2021.

WERNECK, G. L. Long-term mass population effects of the covid-19 pandemic: a long way to go. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. 1-3, 2022.

